

ENTREVISTA

Wanderley Guilherme
fala sobre a crise e
seus desdobramentos

POLÊMICA

Trotsky, o PSTU
e a irresponsável
divisão da CUT

CONJUNTURA

A manifestação dos
movimentos sociais
pelo salário mínimo

ANO 19 - Nº 53 - R\$ 7,50 - DEZ/JAN/FEV-2006

Debate Sindical

SINDICALISTAS DISCUTEM

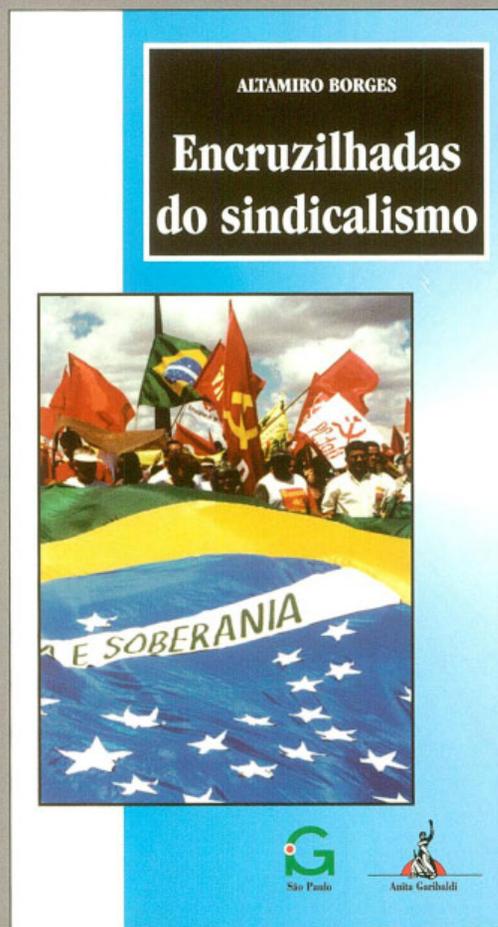
O futuro
do governo
Lula



ASSINE HOJE MESMO

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro "Encruzilhadas do sindicalismo"



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Telefone(s) _____

Fax _____

Profissão _____

Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

- Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais. Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 993, conj. 209, Bela Vista, CEP 01317-001, São Paulo - SP, no valor de R\$ 30,00
- Depósito em conta corrente nº 207423-0, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante via fax para 11 3106-0700)
- Cartão
 - Credicard
 - Visa

Número

Validade

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede:

Av. Brigadeiro Luís Antônio,
nº 933, conj. 209, Bela Vista,
São Paulo, SP, CEP 01317-001,
fone/fax: (11) 3106-0700
Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore
Augusto Petta
Cláudio Gonzalez
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Oswaldo Bertolino
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Décio Saes
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Vianei Martins
Wagner Gomes

Capa:

Foto de Ricardo Stuckert/PR

Revisão:

Josenildo Marques

Editores eletrônicos:

Sandra Luiz Alves

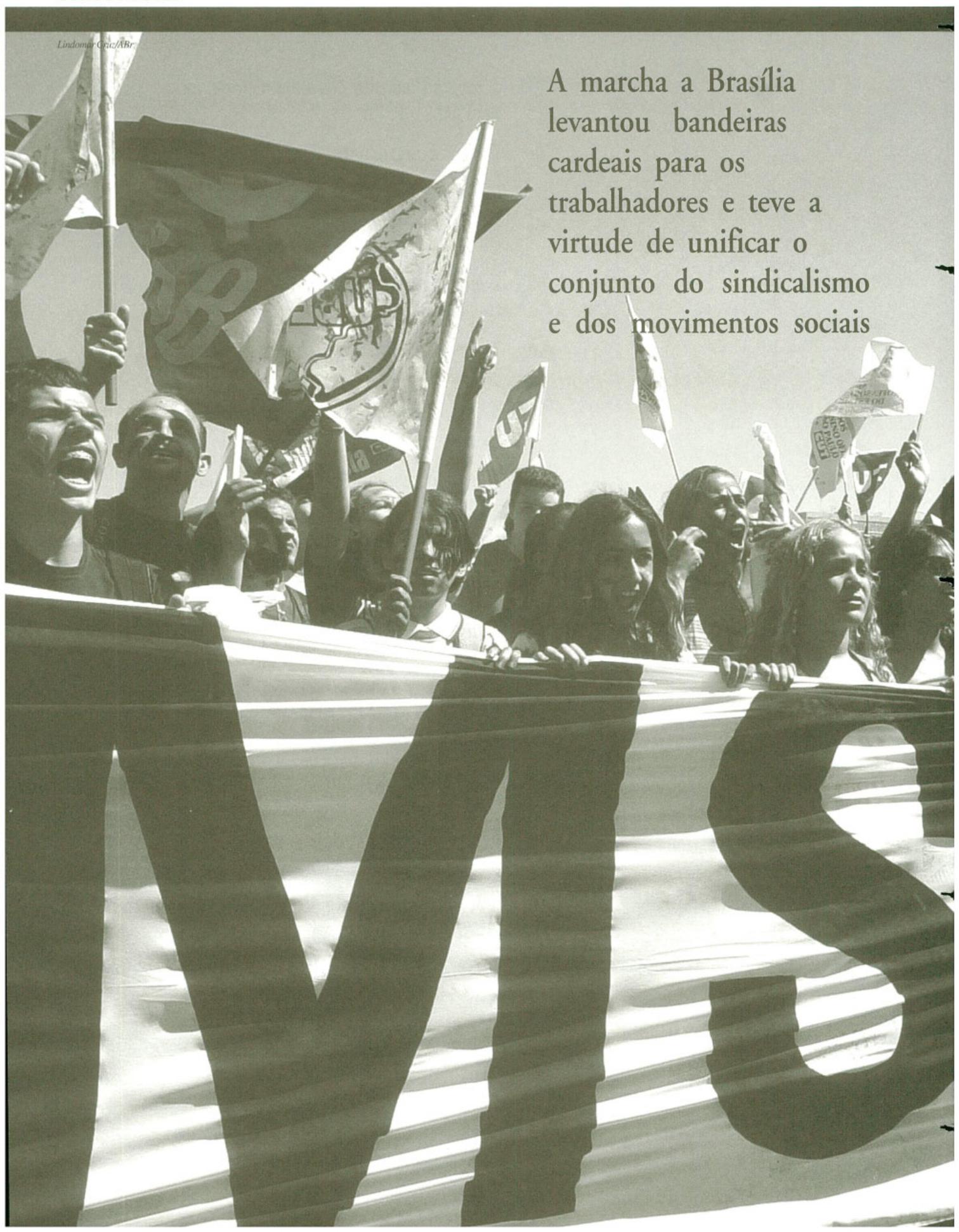
Impressão e acabamento:

Editora Parma Ltda

- 4 A marcha unitária dos movimentos sociais**
JOÃO BATISTA LEMOS
- 7 Uma voz dissonante no coro pessimista**
ENTREVISTA: WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS
- 11 A globalização estimula a emigração de cérebros**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 12 O poder de manipulação da mídia na crise política**
CLÁUDIO GONZALEZ
- 16 Trotski, o PSTU e a divisão da CUT**
ALTAMIRO BORGES
- 22 A greve contra a truculência da Volks**
WAGNER SANTANA
- 24 A questão sindical no Congresso Nacional**
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 25 Sindicalistas discutem o futuro do governo Lula**
- 29 A reforma sindical e a cena da barata-voa**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 30 O que está ocorrendo na vizinha Argentina**
MARIO ALDERETE
- 33 A situação atual do sindicalismo na Espanha**
MANUEL MERA
- 36 A democracia nas entidades sindicais**
AUGUSTO PETTA
- 38 As organizações sociais são a solução para saúde?**
COLUNA: HERVAL PINAL RIBEIRO
- 39 A ferramenta estratégica do planejamento situacional**
LILIANA LIMA E VIVIANA LIMA
- 43 O testamento de Engels e os desafios do socialismo**
MARCOS DEL ROIO
- 47 Resenhas de livros**
- 49 Dicas de filmes e de páginas da Internet**
MONICA SIMIONI/CLÁUDIO GONZALEZ
- 50 A reforma agrária no governo Lula**
OPINIÃO: MANOEL JOSÉ DOS SANTOS

Lindomar Grez/ABr

A marcha a Brasília
levantou bandeiras
cardeais para os
trabalhadores e teve a
virtude de unificar o
conjunto do sindicalismo
e dos movimentos sociais



A marcha unitária dos movimentos sociais

JOÃO BATISTA LEMOS

A marcha pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário e por uma política permanente de valorização do salário mínimo, realizada entre os dias 28, 29 e 30 de novembro em Brasília, teve grande significado por dois motivos básicos. Primeiro, porque se trata de bandeiras e reivindicações cardeais para a classe trabalhadora e o povo brasileiro; segundo, porque teve a rara virtude de unificar o sindicalismo e os movimentos sociais. Prova disto é que a marcha foi convocada conjuntamente pelas centrais sindicais (CUT, FS, CGT, CAT, SDS e CGTB) e pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que reúne o que há de mais representativo e combativo no campo popular do país.

As lideranças populares exigiram uma política governamental de valorização permanente do mínimo e, caso isto não avance, reivindicarão já para 2006 um salário equivalente a R\$ 400, o que resultaria num aumento real de 27%, além da reposição das perdas provocadas pela inflação (estimada em 5%). Já em relação ao tempo de trabalho, as centrais sindicais e a CMS manifestaram o seu apoio à Proposta de Emenda

Redução da jornada e valorização do salário mínimo são bandeiras que têm um forte caráter desenvolvimentista

Constitucional (PEC 393/2001) do deputado federal Inácio Arruda (PCdoB-CE) e do senador Paulo Paim (PT-RS), que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas num primeiro momento e para 35 horas no prazo de alguns anos. A marcha exigiu ainda a imediata instalação da Comissão Especial da Câmara Federal que analisará a PEC Arruda/Paim.

BANDEIRAS DO DESENVOLVIMENTO

Redução de jornada e valorização do salário mínimo são reivindicações que possuem forte caráter desenvolvimentista, embora infelizmente nem todos os que se ocupam do tema (no terreno econômico, político ou mesmo ideológico) tenham clara consciência disto.

Diminuir o tempo de trabalho é uma aspiração histórica da classe trabalhadora. A experiência sugere, em oposição à ideologia burguesa, que a redução da jornada favorece o desenvolvimento da economia ao

propiciar, simultaneamente, o aumento do consumo e da produtividade social do trabalho. Nas condições históricas atuais, e em nosso caso, é preciso acrescentar o impacto potencialmente positivo sobre o nível de emprego. Os técnicos do Dieese estimam que uma redução de quatro horas na carga semanal pode gerar cerca de 2 milhões de novos postos de trabalho no Brasil, desde que concomitantemente haja um controle mais rigoroso das horas extras e do banco de horas.

Se a redução da jornada for associada à elevação do grau de escolaridade da classe trabalhadora (destacando-se uma parte da jornada remunerada para a educação dos assalariados) o resultado em termos de desenvolvimento nacional (em médio prazo) será ainda muito mais positivo – até mesmo estratégico, visto que a relevância da educação para o desenvolvimento (que já é altamente relevante) cresce à medida que a ciência vai se transformando cada vez mais em força produtiva direta.

Estudos de diversos economistas e um seminário realizado recentemente na Unicamp (sugestivamente intitulado “Salário mínimo e desenvolvimento”) têm também revelado o potencial desenvolvimentista de uma

política de permanente valorização do salário mínimo, sobretudo nas regiões mais pobres do nosso país – o que, de resto, contribuiria para reduzir as graves disparidades regionais.

Não há dúvidas de que tanto a redução da jornada sem redução do salário quanto à valorização do mínimo fortalecerão o consumo doméstico e o mercado interno brasileiro, que sofreu um forte e deliberado arrocho (através das políticas ditadas pelo FMI) para adaptar a economia nacional às necessidades dos credores estrangeiros (viabilizando o pagamento da dívida externa) e das multinacionais.

As estatísticas econômicas mostram que os ajustes nesta direção foram aprofundados nos anos neoliberais em que o Brasil foi governado por FHC. A via principal para a compressão do mercado interno foi a da depreciação dos salários. A participação dos salários na renda nacional, que chegou a representar mais de 50% nos anos 80 do século passado, foi reduzida a 36% em 2002.

A economia nacional não irá percorrer o caminho do crescimento sustentado sem a ressurreição do mercado interno, segundo a opinião de muitos especialistas. Para tanto, é indispensável a redistribuição da renda nacional a favor do trabalho e em detrimento do capital financeiro. Não se trata apenas de uma questão de justiça social. Na realidade, há uma estreita ligação entre a questão nacional e a questão social. Em nome dos interesses maiores da nação, é indispensável lutar por um novo projeto de desenvolvimento e este deve ter por fundamento a defesa da soberania e a valorização do trabalho. A marcha de Brasília foi parte deste movimento e por isso mereceu todo empenho dos

sindicalistas classistas e dos comunistas.

MOMENTO CERTO

A marcha não deve ser encarada como mais uma mobilização, pois de fato se revestiu de especial importância em função das circunstâncias políticas e das características intrínsecas das bandeiras em questão, que têm de ser associadas às lutas mais gerais contra a orientação econômica conservadora (capitaneada pela dupla Palocci/Meireles e subordinada aos interesses da oligarquia financeira) e por um novo projeto nacional de desenvolvimento. A manifestação ocorreu no momento em que está sendo definido o orçamento para 2006 e às vésperas de um ano eminentemente eleitoral.

No pior momento da crise, CMS foi às ruas para barrar os golpistas; agora, ela parte para a ofensiva para exigir mudanças

Tanto a valorização do salário quanto a redução da jornada (à medida que esta pressupor uma contribuição maior ou menor do setor público) demandam mudanças na política fiscal e um orçamento (da União) mais focado nos interesses populares. Não é aceitável que o grosso da arrecadação continue sendo canalizado para o bolso dos credores da dívida governamental, operando-se uma transferência perversa e antidesenvolvimentista da renda nacional, que afinal não cai do céu: é produzida (exclusivamente) pelo trabalho

coletivo do nosso povo.

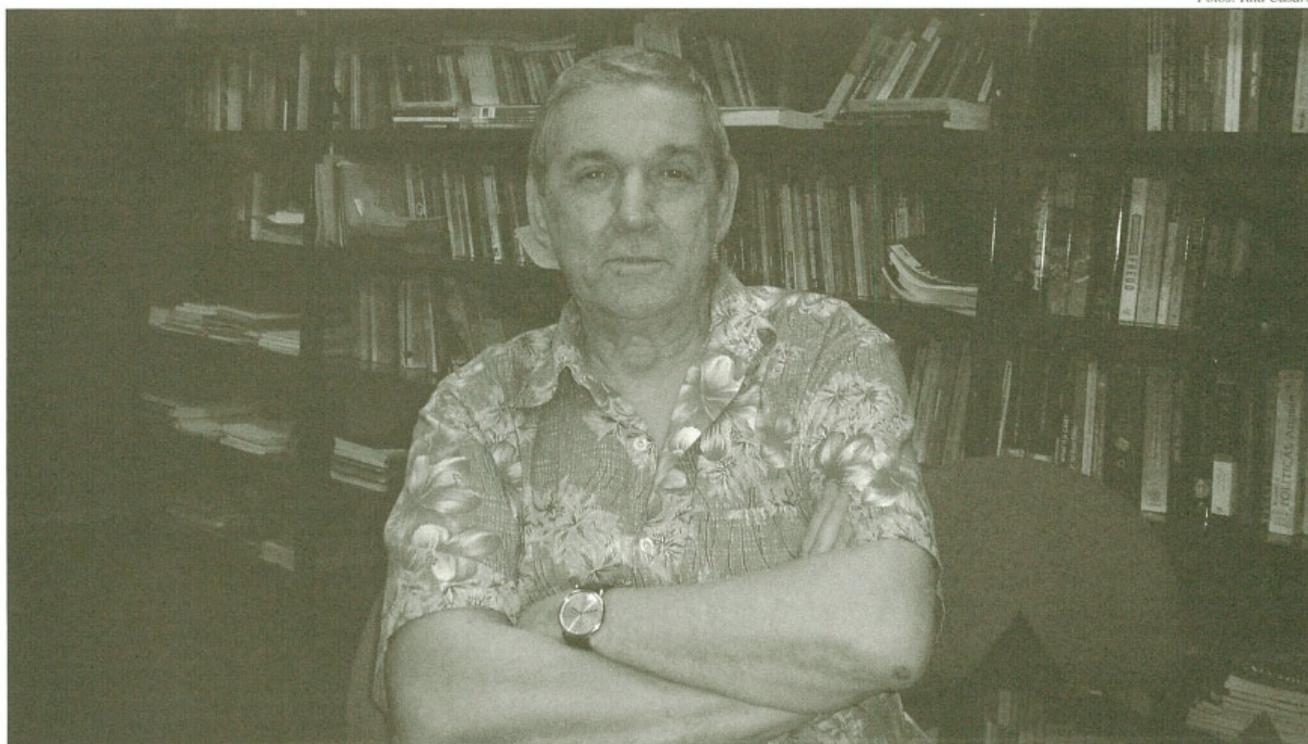
Por estas e outras razões, a marcha de Brasília cumpriu uma dupla missão. Em primeiro lugar, constituiu-se certamente num movimento reivindicatório e de pressão por mudanças de rumo na economia. Também acenou às forças democráticas e progressistas para a necessidade de uma repactuação programática e da recomposição de forças com vistas às eleições de 2006. A marcha unitária à Brasília se somou a outras importantes manifestações convocadas pela CMS que, no momento mais grave de cerco da direita contra o governo Lula, denunciaram as ações golpistas do bloco liberal-conservador e exigiram mudanças na política macroeconômica aplicada pela dupla Palocci/Meireles.

No pior momento da crise política, a CMS e o sindicalismo combativo foram às ruas para barrar a fúria dos golpistas. Agora, a CMS e o sindicalismo combativo partem para o contra-ataque e retornam às ruas para exigir as mudanças necessárias no governo Lula para o avanço da luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho. Sem cair na passividade e nem no voluntarismo dos esquerdistas, os movimentos sociais estão dando prova de coragem e combatividade política. São firmes na defesa dos seus princípios, da autonomia dos movimentos e na luta pelos anseios dos trabalhadores; mas também são hábeis e flexíveis para entender a complexidade da luta de classes em nosso país.

João Batista Lemos é coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

Uma voz dissonante no coro pessimista

Fotos: Rita Casaro



No início da crise que atinge o governo Lula, o PT e a base aliada, o respeitado cientista político Wanderley Guilherme dos Santos foi o primeiro a mirar na oposição e denunciar o que considerou uma tentativa de golpe branco – falar em *impeachment* ainda sem qualquer investigação e muito menos provas de irregularidades cometidas pelo presidente da República. Passados seis meses desde a denúncia de corrupção nos Correios, o estopim da confusão que assola

do país, ele aposta na reeleição de Lula, cujo governo considera bem-sucedido. Com critério, utiliza uma lista de indicadores econômicos e sociais, nos quais o petista sai-se melhor do que seu antecessor tucano na esmagadora maioria^[1].

Otimista, prevê um futuro tupiniquim promissor. Seguindo na contramão do coro que declara diuturnamente a falência nacional da ética e da moral, o professor assevera: a democracia brasileira funciona, é motivo de

admiração no mundo e tem no parlamento a mais avançada de suas instituições. Bacharel em Filosofia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e doutor pela Stanford University, Wanderley Guilherme dos Santos é professor do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), tem 24 títulos publicados e é pró-reitor da Universidade Cândido Mendes, onde concedeu entrevista a *Debate Sindical*.

“A oposição está desesperada, porque é óbvio que o governo Lula está dando

RITA CASARO

Debate Sindical: O senhor apontou, no início da crise, a intenção golpista da oposição, em estilo udenista, contra o governo Lula. Hoje, há ao menos fortes indícios de que irregularidades foram cometidas. Qual a sua avaliação atual dessa situação?

Wanderley Guilherme dos Santos: O que nós tivemos inicialmente foi o flagrante de um ato de corrupção por um funcionário que fazia parte da elite administrativa dos Correios. Ao mesmo tempo, estava ocorrendo nas relações entre o Executivo e alguns partidos da base aliada – coalizão parlamentar constituída em 2004 pela recusa do presidente Lula de estabelecer a partir de 2003 uma coalizão de governo com o PMDB – uma negociação que implicava a distribuição de posses menores, apoios localizados, o que faz parte do jogo. Ao que parece, também acontecia uma queda-de-braço entre o José Dirceu e o Roberto Jefferson, devido à nomeação de cargos para o IRB (Instituto de Resseguros do Brasil) e os Correios.

Esse foi também o período em que a oposição estava desesperada, porque era óbvio que o governo Lula estava dando certo, ia muito melhor do que os dois mandatos de Fernando Henrique. A oposição então aproveita a oportunidade, trazida pela entrevista concedida pelo Roberto Jefferson denunciando corrupção no Congresso. PSDB e PFL vêem imediatamente a possibilidade de evitar a reeleição de Lula, o que até então parecia impossível. Em uma semana, começou-se a falar

em impedimento, com cumplicidade total da mídia – foi o que eu chamei de golpe branco. Mas golpe, como se sabe, ou se dá em 48 horas ou não acontece mais. Aliás, a UDN jamais soube dar golpe, todos nos quais se meteu malograram. Em 1964, os líderes da UDN não sabiam de nada, só os militares, por isso funcionou.

O que acontece com o Brasil passada a tempestade?

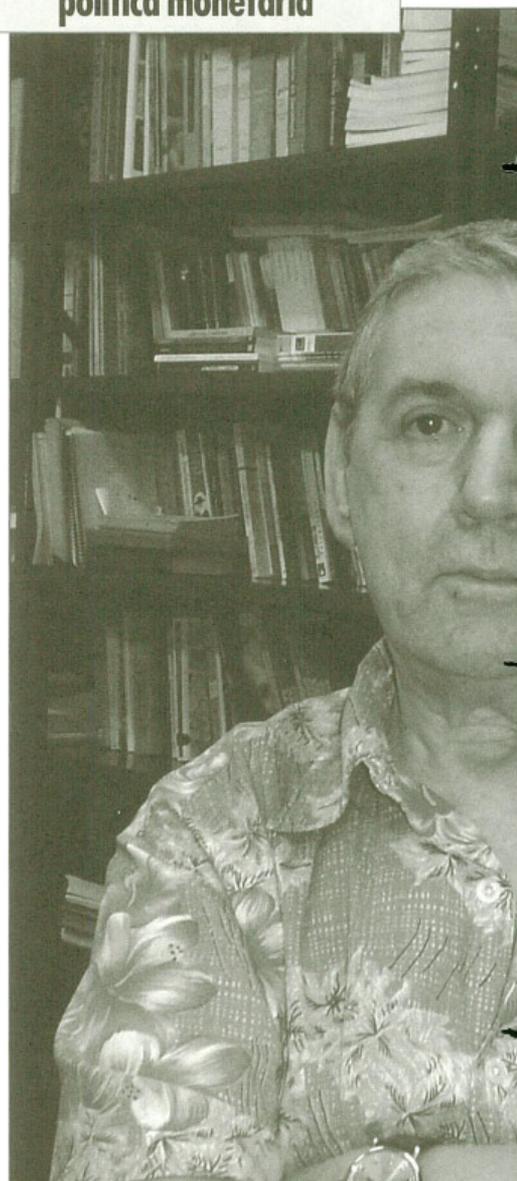
O Lula se reelege, a não ser que surja algo novo muito comprometedor, o que eu não acredito que aconteça. Economicamente, não tem qualquer repercussão; as políticas continuam em andamento. É verdade que alguns projetos começam a ter problemas devido à oposição destrutiva no Congresso, que não vota nada. A oposição hoje é pior do que foi a udenista, que, após as tentativas golpistas, negociou e aprovou o plano de metas do Juscelino, jamais boicotou o programa de governo.

O país, de modo geral, então vai bem?

Para se ter uma idéia, quem está dando aumento real é o setor privado. Neste ano, na área mais dinâmica da economia, no trabalho industrial de vanguarda, foram feitos contratos coletivos de trabalho para os próximos dois anos, prevendo qual o aumento real que terão. Se a economia for melhor, isso se eleva; se for pior, reduz-se a taxa de lucro da empresa. Isso está acontecendo no Brasil, enquanto o pessoal do PSTU cria caso por causa de aumento para os professores

universitários... E nem é verdade que o funcionário público não tenha recebido reajustes. Só uma classe média muito específica está chiando.

“O governo Lula trabalha com uma premissa falsa para administrar a economia; erra na política monetária”



certo e vai muito melhor do que os dois mandatos de Fernando Henrique”

Mas o governo não poderia ser melhor?

Sempre poderia ser melhor, o que é interessante é entender dentro de que contexto qualquer governo, mas em particular este, trabalha. Seus graus de liberdade são muito pequenos: há as políticas em andamento que têm que continuar e há a administração do dia-a-dia. Sobra um mínimo do orçamento no qual pode mexer, a capacidade de intervenção é pequena, pode no

máximo alterar as prioridades. Se amanhã o PSDB assumir o poder, não poderá acabar com o “Bolsa Família”, por exemplo, não dá para fazer isso. Em relação a essa faixa de liberdade, sobre a qual se pode fazer juízo crítico, o governo não está indo mal. Há uma série de programas sociais que não seriam feitos a não ser por uma administração tipo Lula. Ninguém no exterior diz que Lula é igual a FHC, só se diz isso aqui. É óbvio que não é.

E quanto à política econômica, alvo principal das críticas?

O Brasil recuperou a taxa de investimento que não tinha há dez anos – estava em 12% e, no ano passado, chegou a 18%. Essas taxas já foram de 30%, mas há séculos não se vê isso. A política econômica parece a mesma, mas não é. A política de crédito não tem nada a ver com o que foi a de FHC, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) opera de forma completamente diferente. Mas, sem dúvida, está errando no tocante às taxas de juros. O governo trabalha com uma premissa falsa para administrar a economia.

Existe um conceito chamado potencial econômico, ou seja, aquilo que um país pode produzir

usando toda sua capacidade instalada. Quando a demanda ultrapassa a capacidade potencial, há inflação. As taxas de juros visam controlar essa demanda tendo em vista uma certa pressuposição de qual seja a capacidade instalada do país. Mas isso é uma abstração, uma aproximação a qual se chega por meio dos censos industriais, agrícolas, etc. O problema é que o ponto de referência que se usa hoje é de 20 anos atrás. A informação está defasada, assim esses cálculos ficam delirantes. O problema dessa política monetária tem a ver com isso.

O senhor é, portanto, otimista em relação ao futuro...

Com certeza. O Brasil é uma potência. Já está muito à frente em relação à América Latina; hoje nosso competidor é o México, mas isso também deve ser superado. São poucos os países da Europa que podem encarar o Brasil. Não estou falando de indicadores de alfabetização ou de produção científica *per capita*, que podem ser irrelevantes. Não importa se, nesses termos, a Holanda publica duas vezes mais artigos científicos que o Brasil. Lá, há uma população de 6 milhões. Se o que o Brasil publicar dois *per capita*, em números absolutos é muito mais.

Mas é também cheio de miséria e para resolver isso, não se pode contar com os ricos brasileiros, que não precisam dos pobres para dar dinamismo ao seu mercado. Aqui, há 40 milhões de pessoas com poder de compra equivalente ao sueco. O problema de distribuição de renda e redução de desigualdade e miséria

**“Para mudar o país,
tem que ser um
torneiro mecânico
que fala errado; com
FHC isso não iria
mesmo muito longe”**



é um problema político no Brasil, não econômico. Não se pode contar com o interesse dos grandes capitalistas, que não estão nem aí. Não significa que serão necessariamente contra porque não os afetará essencialmente. Mas, para mudar, tem que ser um torneiro mecânico mesmo, grosso, que fala errado. Com Fernando Henrique e a sociologia francesa, isso não iria muito longe...

Pode-se dizer que há democracia no Brasil, apesar das desigualdades?

A democracia surge na história para extinguir as desigualdades políticas, o sistema oligárquico em que os cidadãos eram estratificados por renda, cor, sexo, religião ou estado civil. Esses foram critérios cumulativos de desigualdade por séculos. A demanda democrática é por igualdade política, não por igualdade social. O problema no Brasil é que o Estado não tem condições de garantir o exercício dos direitos constitucionais no país inteiro, como, por exemplo, o de organização no interior do Centro-Oeste, onde o pessoal passa fogo. Portanto, é uma democracia inacabada. No entanto, funciona. Na América Latina, há grande admiração por isso. A inteligência política brasileira é muito boa.

O que se pode dizer das instituições democráticas nacionais?

A imprensa é atrasada: apresenta a opinião impressa como se fosse a opinião pública, é um ator político que não obedece as regras do jogo político. O Judiciário também precisa de reforma, os grandes grupos dele se beneficiam simplesmente pela morosidade da Justiça, a quem recorrem quando querem adiar uma decisão. Para isso, não precisa sequer corromper. O Executivo também é muito preso

“A imprensa é um ator político que não obedece as regras do jogo político; ela é muita atrasada”

à sua burocracia. Eu prefiro o Legislativo, a mais avançada das instituições democráticas. No Parlamento, tudo é público. Aqui, tem galeria, o que é raro no mundo, o pessoal entra com faixa, xinga o deputado, sai no tapa com a segurança. Essa geração parlamentar é muito ruim comparativamente a outras, mas comparando com as demais instituições, é a melhor.

Critica-se muito a ação de parlamentares que conseguem uma emenda orçamentária para colocar um posto de saúde na sua base. Mas qual a diferença entre isso e a inclusão de uma determinada alíquota na MP do Bem? Há dois tipos de críticas. Uma é: “estes caras são eleitos e depois dão as costas ao eleitor”. E a outra: “estes caras são eleitos e ficam lá colocando emendinha para posto de saúde”. Assim não dá! Ou critica por uma coisa ou por outra. Entre os parlamentares, há aqueles que vão ficar discutindo a China no século XXIII, o que é válido; mas também precisa daqueles que vão pedir emenda orçamentária para o saneamento, o pessoal formiguinha, que vai chatear ministro.

Com a crise política, ressuscitou-se o debate sobre a reforma política. É preciso alterar o sistema eleitoral brasileiro?

Eu acabaria com os suplentes de senadores, que mais recentemente são os financiadores

dos titulares. Com relação ao custeio de campanhas, deveria ser privado, com valor autorizado maior que atual e com registro *on-line*. A legislação, que é moralista, é violada; quando se propõe uma ainda mais moralista vai ser mais violada. Sou contra o financiamento público, que não impede que haja o privado por baixo dos panos. Além disso, já se gasta muito com as eleições. As de 2004 custaram R\$ 600 milhões. São quase 20 mil seções eleitorais, o país tem cerca de 5.500 municípios. Há o horário eleitoral gratuito.

Não há problema algum com o número de partidos no Brasil. Poucas são as legendas que concorrem a todos os cargos e em todos os lugares. Isso não é um desperdício, seja do ponto de vista dos gastos, que é marginal, ou dos votos, que são reduzidos, ou mesmo do tempo na TV, que é ínfimo. Dentro do Congresso, os chamados pequenos partidos, são os ideológicos, PCdoB, PSB, PDT. São esses que saem com a cláusula de barreira, junto com o Prona. O PSOL nem entra. Qualquer governo de centro-esquerda a partir de agora vai penar.

O que então leva o PT, por exemplo, a apoiar a mudança?

O PT tem opiniões reacionárias, absolutamente suicidas a respeito da reforma política. Diz que vai purificar os partidos, isso é preconceito de classe média.

NOTA

1- O comparativo da revista *Insight Inteligência* está disponível no site da revista Carta Capital (www.cartacapital.com.br/imagens/cestaind.gif)

Rita Casaro é jornalista, assessora de imprensa do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo e integrante da coordenação estadual do Instituto Maurício Grabois (IMG-SP)

Globalização estimula a emigração de cérebros

Mais um efeito perverso da globalização excludente começa a aparecer em grande escala. Trata-se do fenômeno da emigração de cérebros que ocorre dos países pobres para as nações ricas.

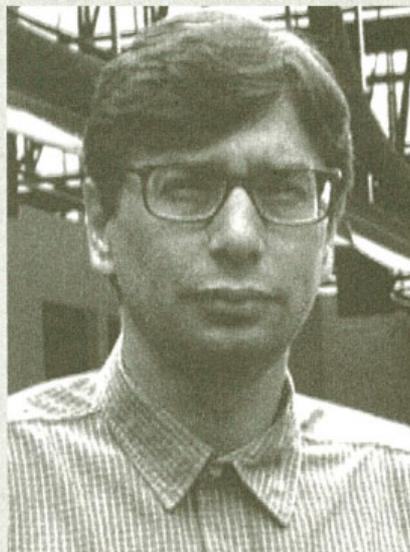
Sem perspectivas, os jovens dos países subdesenvolvidos pressionam as nações desenvolvidas em busca de trabalho decente e qualidade de vida. Diante da nova Divisão Internacional do Trabalho, no contexto da revolução tecnológica, os países com maior investimento em ciência e tecnologia saem na frente.

FUGA DE TALENTOS

Apesar de responderem por menos de 1/3 da população mundial, as nações desenvolvidas absorvem 2/3 do total dos investimentos realizados em ciência e tecnologia, sendo praticamente 82% do total das aplicações em programas de desenvolvimento, o que repercute favoravelmente no mercado de trabalho.

Nos países pobres, com reduzidos investimentos, especialmente em ciência e tecnologia, há uma fuga de talentos. Quase 1/3 daqueles que chegam ao ensino superior, por exemplo, prefere emigrar em busca de novas oportunidades justamente nos países desenvolvidos, conforme informa recente estudo da OCDE.

MARCIO POCHMANN



Por ano, cerca de 160 mil jovens abandonam o país em busca de trabalho

SALDO NEGATIVO

A situação brasileira não é, ainda, tão grave como a dos países africanos e centro-americanos. Por hora, quase um em cada 10 brasileiros que chega ao nível superior busca um outro país para viver e trabalhar.

Por ser um país de baixa escolaridade, a saída justamente do segmento com maior escolaridade representa enorme contradição, uma vez que o esforço nacional realizado na promoção da educação termina sendo desperdiçado. Segundo dados do IBGE, de 1991 e 2000, o saldo entre entrada e saída é negativo em mais de 1,3 milhão de jovens brasileiros.

Nesta primeira metade da década, estima-se que entre 140 a 160 mil brasileiros por ano abandonaram o país. Para uma nação constituída basicamente

pelo movimento migratório, o Brasil já desponta, nesse início de século, como um país de emigrantes, com saldo negativo entre entrada e saída de residentes.

PERSPECTIVA BLOQUEADA

Há uma enorme contradição por trás dessa constatação. Segundo informações da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as escolas técnicas do chamado Sistema "S" contabilizam cada vez mais a formação de profissionais que se direcionam aos EUA, Canadá, Espanha, Portugal, Inglaterra, Japão e China, entre outras nações.

Quanto mais o Brasil se especializar na produção e exportação de bens primários, que na maior parte das vezes exigem baixo custo de mão-de-obra, menor serão as oportunidades de se agregar os profissionais de qualidade, por meio de maiores salários.

Não se trata de conter ou desestimular a produção e exportação de bens primários, mas fundamentalmente de avançar os investimentos na produção de bens e serviços de maior valor agregado e maior conteúdo tecnológico. Só dessa forma o Brasil poderá alterar o perfil de sua inserção passiva e subordinada na economia mundial, passando a disputar os mercados estratégicos com novos materiais.

Mas isso, contudo, exige uma outra política macroeconômica, que seja capaz de romper com o atual ciclo da financeirização da riqueza que bloqueia a perspectiva de inclusão pelo trabalho decente.

Marcio Pochmann é professor e pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp/SP



GUIA: Como escolher a melhor esc
VIAGRA: Impotentes experimentam

A
ESQUERDA
COM
RAIVA

Inspirados por ideais
zapatistas, leninistas, maoístas e
cristãos, os líderes do MST prega
a implosão da "democracia burg
e sonham com um Brasil socialista

Quando o "quarto poder"

CLÁUDIO GONZALEZ

No último dia 1º de novembro, a jornalista da Folha de S.Paulo, Eliane Cantanhêde escreveu em sua coluna: Lula está "encantado com a 'dura' que Chávez deu na imprensa venezuelana. E doido para fazer igualzinho. Como se pudesse". O comentário – fora a leviandade de "adivinhar" o que pensa o presidente – esconde nas entrelinhas a noção de superioridade inatingível assumida por boa parte dos profissionais e empresários da mídia deste país. Na cabeça desta gente, a mídia pode tudo, e ninguém pode com ela.

De certa maneira, os que pensam assim têm motivos para isso. Afinal, quem no Brasil tem mais influência na determinação da agenda nacional do que a

A manipulação da mídia para arrancar o poder das mãos da esquerda é pesada e deve ficar pior quando a campanha eleitoral de 2006 começar oficialmente

mídia? Chamada de quarto poder, ela na verdade suplanta todos os outros que, supõe-se, sejam mais legítimos do que ela, porque emanam do povo. O poder da mídia, além de manipular corações e mentes, é capaz de encostar o Executivo na parede, humilhar o Legislativo e colocar o Judiciário na defensiva. E avança também sobre os movimentos sociais. Quando estes contrariam os interesses dominantes, eles são automaticamente desqualificados e demonizados.

Essa prepotência tem ficado

evidente na cobertura que a grande imprensa faz da atual crise política. Em alguns jornais, como o *Jornal do Brasil* e o *Correio Braziliense*, por exemplo, ou em revistas com a *Veja* – só para citar os mais emblemáticos – percebe-se que ali o jornalismo foi mandado às favas. O que vale é a campanha de difamação.

SANTA INQUISIÇÃO

E este jogo de manipulação não é exclusividade do Brasil. É uma chaga que contaminou a mídia europeia e norte-americana



zomba de todos os outros

e que graceja leve e solta nas periferias do mundo. O lingüista mais famoso do mundo, Noam Chomsky, também um dos mais importantes intelectuais da atualidade, é um crítico feroz da “cumplicidade” entre a mídia e o poder e em certa oportunidade chamou os jornalistas dos EUA de “cães de estimação do Imperador”.

Entre os intelectuais brasileiros, uma das poucas vezes que se levantaram contra este complô da mídia na atual experiência de governo foi a professora de filosofia da USP, Marilena Chauí. Ela foi clara na avaliação que fez do atual momento político: “por trás da crise está a luta de classe”, disse numa entrevista para a revista Caros Amigos. Segundo a filósofa, esta é uma crise inventada pelos setores que têm interesse na

demonização do governo Lula e da esquerda e a mídia é a executora desta estratégia.

Chauí participou recentemente de um debate promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Lá, a filósofa petista chegou a afirmar que o comportamento da imprensa é, por vezes, mais nefasto que o da Santa Inquisição que, na Idade Média, acusava, julgava e condenava à morte na fogueira quem desafiasse as leis da

Chomsky, crítico da cumplicidade entre a mídia e o poder, já taxou jornalistas de “cães de estimação do Imperador”

Igreja Católica. Para sustentar seu raciocínio, ela se baseou num artigo publicado por Marina Amaral na revista Caros Amigos, edição especial de setembro. A reportagem fala de um jornalista que ganha a vida atualmente dissolvendo ou criando crises, um gerenciador de crises, no jargão do mercado.

“É apavorante, porque eu sabia que a crise era encomendada, eu sabia que tinha sido uma operação de produção da crise, isso todos nós sabemos”, disse Chauí aos 200 metalúrgicos presentes no evento. “Mas eu não pensei que fosse dessa maneira. Digamos que eu pensei que fosse mais sofisticado, mais político. Mas não: o cara vendeu para alguns políticos os dossiês que ele tinha acumulado, alguns verdadeiros, outros ele recheou segundo a fantasia dele, para

Chamada de quarto poder, a mídia na verdade suplanta todos os outros poderes

derrubar o Lula, porque ele não gostou do Lula”.

Para Chauí, a mídia só age com alguma isenção quando os donos dos meios de comunicação se sentem ameaçados por algum governo ou ordem política. Ou quando os interesses econômicos desses mesmos donos podem ser beneficiados por uma mudança de governo. Fora isso, “a ação deles é pior do que a Igreja Católica”, avalia. Na visão dela, o poder da Inquisição era pelo menos mais transparente. “A Igreja católica operava pela produção visível, direta e clara do medo”, afirmou. “Já a mídia opera não só por meio da destruição de instituições e da destruição de pessoas. Ela opera pela acusação sem provas”.

A avaliação de Chauí pode ser percebida, na prática, por parlamentares envolvidos no recente escândalo do chamado “mensalão”. Vários deles relatam episódios deprimentes sobre o tratamento que recebem nas ruas e em boa parte dos lugares públicos, como aeroportos, parques e restaurantes que tentam freqüentar e onde, muitas vezes, são recebidos com olhares atravessados, resmungos e até vaias e xingamentos.

DEMOCRACIA ANORMAL

Outro pesquisador que compartilha da visão crítica em relação ao papel da imprensa é o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos. Ele foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a denunciar o jogo sujo dos meios de comunicação na desestabilização do governo Lula e a afirmar que estava em curso um “golpe branco”. Em junho deste

Segundo Aponte, “o terror midiático tem o propósito político de conseguir a desestabilização de governos legítimos”

ano, numa entrevista à revista Carta Capital, afirmou que a democracia em países em desenvolvimento só será efetivamente consolidada quando dispensar a imprensa, quando o que a imprensa quiser for irrelevante para a estabilidade do governo. “A imprensa é um ator

importante no que diz respeito à estabilidade do governo em países em desenvolvimento, como o Brasil”, avalia.

Segundo ele, a moeda da mídia é justamente ter poder sobre a emoção da opinião pública. “Para que serve esse poder? Para obter conformidade de governo”, diz. Perguntado sobre a real influência dos meios de comunicação, Wanderley Guilherme responde que telejornais de grande audiência, como Jornal Nacional da Rede Globo, têm a emoção da opinião pública brasileira sob controle. “Durante o mês passado, as ansiedades, expectativas e angústias eram geradas pela



que, supõe-se, sejam mais legítimos do que ela porque emanam do povo

dramaturgia do Jornal Nacional. Ele tem controle sobre a temperatura da emoção. Isso não é algo que deva ser considerado normal em uma democracia”.

Santos oferece um exemplo prático de como isso ocorre. Se as denúncias feitas pelo ex-deputado Roberto Jefferson não saíssem no Jornal Nacional, não aconteceria tudo isso. E, para dar no Jornal Nacional, tem que interessar ao PSDB e ao PFL. “Por exemplo, não foi suficiente o editorial da *Folha* [no episódio da compra de votos para aprovação da emenda da reeleição de FHC] para criar um escândalo”, compara.

O cientista político também critica a análise rasa feita por parte da “intelectualidade” brasileira que, tendo espaço garantido na imprensa, reproduz os constantes e insensatos ataques ao governo e ao PT. “Não sabem o que está acontecendo e ficam dizendo bobagens. Se você prestar atenção, os intelectuais que falam sobre política só têm opinião do senso comum. Só que eles manifestam o senso comum com uma linguagem e uma pomposidade que parece que eles estão ensinando alguma coisa que valha a pena”.

AGENDA NEOLIBERAL

O fato é que a mídia tem

**Para Marilena Chauí,
mídia é pior do que
a Santa Inquisição,
que julgava e
condenava quem
desafiava a Igreja**

agenda, uma meta a cumprir: garantir que o poder continue sendo monopólio de uma certa elite e que a concepção neoliberal prevaleça na economia e na gestão da coisa pública. Este raciocínio pode parecer maniqueísta e reducionista. Mas é assim mesmo, não tem meio termo. A elite reacionária do país, representada partidariamente pelo PFL e PSDB, não aceita estar fora do poder central, a mídia é um dos instrumentos de que dispõe para viabilizar o projeto de retornar ao poder e ela está sabendo utilizá-la com maquiavélica competência. E o faz sem medo de ser enredada nos “rigores da lei”.

Afinal, são raríssimos os casos de condenação de órgãos de imprensa no Brasil por calúnia e difamação. Como disse Wanderley Guilherme dos Santos, hoje, “quando o jornalista faz uma barbaridade e alguém diz ‘ele fez uma infâmia’, os grandes jornais alertam: ‘A liberdade de imprensa está sob ameaça’. É a maior corporação existente hoje no país com um poder infernal”.

Voltando ao início deste texto, vale lembrar a experiência venezuelana. Lá, os ataques da mídia contra o governo de Hugo Chávez foram tão insistentes e descarados que deixaram de ser críveis. Os grandes veículos de imprensa perderam audiência para órgãos independentes e ou vinculados ao próprio governo, pois estes apresentavam versões mais realistas dos fatos que chacoalharam o país em meados de 2002.

O magistrado venezuelano Eládio Ramón Aponte, que reúne vários títulos acadêmicos e hoje preside a Sala de Cassação Penal,



“O Jornal Nacional tem controle sobre a temperatura da emoção; isso não é algo normal em uma democracia”

chegou a qualificar a atividade jornalística exercida na Venezuela como “terror midiático”. Segundo ele, este tipo de terrorismo é “exercido por alguns meios de comunicação de nossos países com um só e único fim, qual seja, o de obter um efeito de terror na população mediante constante discurso e publicidade, com o deliberado propósito de conseguir um objetivo político que persegue a desestabilização de um governo legitimamente constituído. A seqüência desproporcionada de mensagens produz na população um efeito de terror ou pânico que obviamente termina por influir de tal maneira no cidadão (leitor ou espectador), que o induz a tomar decisões erradas e com tal grau de confusão que se lhe bloqueia ou desvia o discernimento”, disse Aponte durante uma conferência na ONU.

Resta a esperança de que, assim como ocorreu na Venezuela, a população brasileira perceba o grau de manipulação da mídia e passe a desconfiar do que lê, ouve e assiste.

Cláudio Gonzalez é jornalista, integrante do Portal Vermelho

Trotsky, o PSTU e a divisão na CUT

Numa atitude precipitada e voluntarista, que despreza os próprios ensinamentos de Leon Trotsky, o PSTU racha a CUT e investe na cisão do sindicalismo

ALTAMIRO BORGES

A partir de uma leitura principista sobre a natureza “neoliberal e pró-imperialista” do governo Lula e da avaliação voluntarista sobre a gestação iminente de uma crise revolucionária no planeta^[1], o PSTU tem exacerbado o seu sectarismo entre as esquerdas brasileiras. Tudo é feito para demarcar campos. Ninguém presta! No auge da sua soberba, ele estigmatiza todas as demais correntes do campo popular. Todos seriam “traidores”, seriam “setores ganhos pelo regime capitalista a partir dos privilégios materiais que este lhes outorga”, esbraveja um ideólogo desse agrupamento trotskista^[2].

Sobre o PT e o PCdoB, os rótulos já são conhecidos contra “os traidores sociais-democratas e stalinistas”. Mas os ataques não cessam. Até o MST, reconhecido por sua capacidade de mobilização, não é poupado pelos donos da verdade encastelados nesse partido. “A direção do MST tem a estratégia de pressionar o governo pela reforma agrária, mas mantendo o seu apoio a Lula... Por esse motivo, a direção do

MST não poderia se somar numa marcha contra o conjunto do governo”, critica o jornal desse grupo^[3]. Um outro texto presunçoso é taxativo: “O apoio crítico que a direção do MST dá ao governo é um erro fatal”^[4].

Já o recém-criado PSOL, que tem na sua executiva nacional uma maioria egressa dessa facção trotskista, disputa as mesmas bases sociais e já atraiu diversos quadros dessa organização, é hoje o alvo predileto da língua ferina do PSTU. Excluído da fundação desse novo partido, ele sentiu o baque e foi para a revanche, teorizando sobre seu caráter reformista, eleitoreiro e burocrático^[5]. A metralhadora giratória chega a ser risível – não fossem trágicos os seus efeitos. Com essa cegueira sectária, o PSTU incentiva a cizânia nos movimentos sociais. “É hora de romper com o governo, com a CUT e com a UNE”, atíça seu jornal^[6].

RUPTURA NA CUT

O ataque mais virulento, porém, tem se dado no *front* sindical. A partir das críticas – muitas delas justas – à postura passiva e acrítica da CUT diante



O PSTU exacerba o seu sectarismo entre as esquerdas brasileiras; tudo é feito para demarcar campos

do governo Lula, o PSTU resolveu precipitar um processo de desfiliação da central e de criação de uma nova instância – a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Surgida de contrabando num encontro contra a reforma sindical, realizado em Luiziana (GO) em março de 2004, essa híbrida articulação reúne ex-filiados cutistas, oposições sindicais, organizações estudantis, movimentos comunitários e até entidades antes taxadas de pelegas; não é propriamente uma central!



Lindomar Cruz/ABR

Aginaldo Fernandes, ex-dirigentes do PSTU^[9]. Para essa tendência do PSOL, “a visão do PSTU de construir o seu aparelho, como forma de responder as traições da burocracia cutista, contribuiu para aprofundar as divisões entre setores da classe”.

GUERRA CAMPAL

A confusão é grande e os estragos são maiores ainda. Para fazer vingar o seu projeto fracionista e evitar o total isolamento, o PSTU decidiu desencadear uma verdadeira guerra campal contra a CUT. “Levar para a base de todos os sindicatos, na forma de campanha, a discussão sobre a necessidade de se romper com a central”, orienta a Conlutas. Essa disputa fratricida já atingiu diversas bases de trabalhadores, obrigando muitos ativistas a se digladiarem no debate interno. O clima é tenso, inclusive com cenas de agressão.

Em alguns casos, a Conlutas tem seduzido áreas decepcionadas com os rumos do governo Lula. A Andes aprovou a desfiliação da CUT por 192 votos a favor e 85 contra. “Num momento crucial de discussão sobre as reformas, a organização mais importante dos professores universitários se isola inapelável e irremediavelmente da grande maioria dos trabalhadores organizados. Uma decisão lamentável”, registra um conceituado intelectual. Para ele, “se a acusação contra a direção da CUT é a de sucumbir ao partidarismo atrelado, essa saída intempestiva também aponta o iceberg do atrelamento partidário”^[10].

Em outros casos, o PSTU sorve o seu próprio veneno. Em dezembro, a assembléia dos metalúrgicos de Belo Horizonte rejeitou a proposta de saída da CUT e, de quebra, ainda decidiu

Não há precisão sobre sua real força. Segundo José Maria de Almeida, principal dirigente da Conlutas, o evento de Luizânia teve “1.800 sindicalistas de quase 300 entidades”. Já o encontro realizado no Fórum Social Mundial, em janeiro, contou com 1.448 credenciados de 178 entidades sindicais, 21 organizações estudantis e 11 movimentos populares – inclusive sem-terra^[7]. Se sua representatividade é um mistério, a hegemonia interna é inquestionável. O PSTU é seu indutor e deseja ardentemente torná-la uma central.

Algumas correntes cutistas, desiludidas com os rumos do governo Lula e ressentidas pelo hegemonismo da força majoritária da central (Artsind), ainda debatem a justiça e a viabilidade desse fórum paralelo. No PSOL,

uma frente partidária bastante heterogênea, alguns grupos já anunciaram a sua adesão à Conlutas; outros estão reticentes. Todos, porém, usam a mesma língua ferina para se vingar do seu concorrente. “Se o PSTU tivesse uma linha mais democrática, não de manipulação, a Conlutas poderia se desenvolver com força. Seu futuro, porém, está ameaçado pelo sectarismo”, analisa uma das tendências do PSOL^[8].

Outra corrente é ainda mais dura. Acusa o PSTU de se aliar a “setores do sindicalismo ligados à direita, aos patrões, à velha estrutura pelega e a seus tradicionais métodos burocráticos e gangsteristas (Federação dos Gráficos de São Paulo, a velha Federação dos Metalúrgicos de Minas Gerais e a dos Rodoviários do Rio de Janeiro)”, lista um texto assinado por Junia Gouvêa e

“Somente os sectários podem preferir uma maioria segura numa confederação

se desfilia da federação estadual da categoria, principal biombo da Conlutas em Minas Gerais. Na seqüência, outros sindicatos do setor, como os de Betim, João Monlevade e Timóteo, trilharam o mesmo rumo, num duro revés no PSTU. No mesmo mês, a assembléia dos trabalhadores em correios e telégrafos do Rio Grande do Sul rejeitou a proposta da diretoria da entidade, hegemonizada por essa corrente, de saída da CUT.

Até agora, segundo um levantamento parcial, a Conlutas conseguiu desfilia apenas 16 entidades da CUT^[11]. Mas a baixa adesão não arrefece o “otimismo voluntarista” dos dirigentes desse partido, que tentam escamotear as razões de suas dificuldades e difundem a emulação de que a Conlutas crescerá na inevitável erosão da CUT. Nos bastidores, porém, o PSTU já reconhece os graves riscos de seu isolamento. Até a esquerda petista e o PSOL têm evitado a presença desse grupo em chapas unitárias do campo da CUT.

LEITURA VOLUNTARISTA

A participação numa “central única” nunca foi uma questão de princípios no sindicalismo. Após a vitória da revolução russa e com a ofensiva da luta revolucionária, os próprios comunistas propuseram a ruptura com as entidades burocratizadas e reformistas. Na seqüência, diante do refluxo do movimento operário e de seu isolamento em “sindicatos vermelhos”, os mesmos pregaram a reconstrução de entidades unitárias. Já no pós-II Guerra, a socialdemocracia

européia e o tradeunioismo estadunidense financiaram a cisão do sindicalismo para se contrapor à crescente hegemonia dos comunistas^[12].

Se a questão não pode ser tratada de forma principista, a presença na CUT também não é algo irreversível e indiscutível. Essa central é o maior patrimônio da luta dos trabalhadores, forjada no combate à ditadura e na resistência ao neoliberalismo. Ela reúne o que há de mais dinâmico e representativo no sindicalismo: conta com 3.262 entidades filiadas, representando 21.972 milhões de trabalhadores e 7.422 milhões de sindicalizados. Apesar disto, há muito que a CUT enfrenta graves limitações. Muitas decorrem de fatores objetivos e da própria fase de defensiva do proletariado; outras, porém, derivam de distorções subjetivas.

A Conlutas é uma articulação híbrida; reúne ex-filiados cutistas, oposições e até setores antes taxados de pelegos

Desde sua origem, a central é hegemonizada de maneira exclusivista pela Articulação Sindical (Artsind), que a utiliza como um aparelho para suas pretensões. Além disso, na fase recente são visíveis os sinais de sua burocratização e acomodação^[13]. Com a vitória de Lula, esse problema se agravou, beirando certa subserviência diante do

governo. Não é para menos que várias correntes de esquerda e até áreas rebeldes da Artsind revelam insatisfação com os rumos da central, o que só foi amenizado com a recente saída de Luiz Marinho, nomeado ministro do Trabalho, e indicação de João Felício na presidência da CUT.

Todo esse processo, entretanto, não justifica a atitude precipitada e sectária do PSTU. No caso concreto, a criação da Conlutas parte de premissas equivocadas e traz enormes prejuízos à luta dos trabalhadores. Por um lado, essa iniciativa superestima a atual correlação de



pequena e isolada em vez do trabalho de oposição numa organização massiva”

forças no país, apostando no rápido desgaste do governo Lula e na sua iminente ultrapassagem pela esquerda. A brutal ofensiva da direita tucana não pesa nessa análise. Para um partido que obteve menos de 0,2% dos votos nas eleições de 2004 e elegeu só dois vereadores e teve 7% dos delegados no último Concut, as condições já estariam “caindo de maduro” para a ruptura revolucionária. Daí a sua postura de demarcar campos e de construir artificialmente a Conlutas.

Nesse mesmo diapasão voluntarista, o PSTU debita na

“traição das direções” toda a responsabilidade pela atual fase de defensiva do sindicalismo. Não leva em conta os efeitos da crise capitalista, com a explosão do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho; nem o amargo remédio neoliberal; nem o destrutivo processo de reestruturação produtiva. Na sua leitura simplista, toda a fraqueza do sindicalismo decorre apenas de fatores subjetivos, é culpa dos reformistas e centristas. O PSTU só não explica porque nas poucas entidades em que dirige não há uma ofensiva dos trabalhadores, porque elas não servem de exemplos de representatividade e porque muitas delas padecem dos mesmos males da burocratização.

Por último, no que se refere às premissas errôneas, esse agrupamento trata de forma homogênea a CUT e mesmo a Artsind. Não há nuances na análise. É preto ou branco! Ele não valoriza a disputa interna sobre os rumos da central, a cultura cutista forjada em duas décadas e meio de lutas, os milhares de sindicatos filiados, a presença de outras correntes de esquerda e nem as contradições latentes na própria tendência majoritária. Todos são pelegos, traidores da classe. Para um dos principais líderes do PSTU, “no governo Lula, a CUT cumpre o papel que os pelegos cumpriam no passado”^[14]. Haja reducionismo!

EFETOS DO SECTARISMO

Se as premissas são falsas, piores são seus efeitos. Entre outros prejuízos, essa postura dificulta as ações unitárias dos trabalhadores. No momento em

que se requer maior coesão para se contrapor às pressões do capital e às dubiedades do governo, ela estimula a divisão. Na ânsia de implodir a CUT, o PSTU esquece que “o processo mediante o qual o proletariado compreende sua missão histórica é longo e penoso e está repleto de contradições internas. Somente através de prolongadas lutas, duras provas, muitas vacilações e de uma ampla experiência, os melhores elementos da classe operária atingem essa compreensão”^[15].

Essa conduta, que já se tornou marca registrada do PSTU, revela “uma espécie de impaciência artificial, uma falta de confiança no crescimento gradual da influência do partido, um desejo de ganhar as massas mediante manobras organizativas”^[16]. Num cenário que ainda é de defensiva da luta do proletariado, esse grupo menospreza a real correlação de forças e parece partir para o desespero do tudo ou nada. Não percebe que a CUT surgiu numa fase de ascenso das lutas e, por isso, ganhou força e prestígio; e que num contexto adverso, como o atual, essa “ousadia” voluntarista só confunde a vanguarda e divide as bases.

Além disso, a divisão é deflagrada no topo, na ruptura com a CUT, mas logo contamina certas bases. Os sindicatos, como organismos de “frente única”, não ficam imunes aos embates na cúpula. Não é para menos que a Conlutas já estimula chapas que tenham como critério básico a “oposição à CUT”; e, como resposta natural, que as forças cutistas, inclusive as de esquerda, já proponham excluir o PSTU das

Lindomar Cruz/ABr



Ao abandonar intempestivamente a CUT, o PSTU só desequilibra a luta interna,

chapas unitárias desse campo. Com o tempo, os adjetivos e ações raivosas contra a central podem se transformar em apelos pela criação de entidades “puras” na base – o que reforçaria a partidarização do sindicalismo.

Na prática, essa conduta se contrapõe à tradição do movimento comunista, que sempre zelou pela unidade dos trabalhadores e rejeitou a cisão dos sindicatos. “Quanto mais amplas massas abarca uma determinada organização, maiores são as possibilidades que se oferecem à vanguarda revolucionária. É por isso que, geralmente, não é a ala comunista mas sim a reformista que toma a iniciativa de dividir as organizações de massa... Somente os sectários podem preferir uma maioria segura numa confederação sindical pequena e isolada em vez do trabalho de oposição numa organização ampla e realmente massiva”^[17].

Na atual fase de crise estrutural do capitalismo e de ofensiva neoliberal, o sindicalismo padece de várias limitações. E, naturalmente diante delas, “surge imediatamente uma idéia: não é

possível superar os sindicatos? Não é possível substituí-los por alguma organização nova, incorrupta, algo assim como sindicatos revolucionários? O erro fundamental desse tipo de intenção está em que reduz o problema político de como libertar as massas da influência da burocracia a experiências organizativas. Não basta oferecer às massas outro lugar onde se dirigir. Deve-se ir buscá-las onde elas estão e dirigi-las”^[18].

AUTO-EXÍLIO SOCIAL

A postura do PSTU ainda gera outros dois efeitos negativos: ela desequilibra a correlação de forças no interior da CUT e leva ao próprio isolamento dessa organização política. Como expressão das virtudes e debilidades da luta dos trabalhadores nos últimos 25 anos, essa central nunca foi homogênea – diferente das centrais sociais-democratas da Europa ou da AFL-CIO nos EUA. Em seu interior convivem diversas correntes de pensamento. Mesmo a tendência majoritária, a Artsind, vive tensões permanentes e públicas entre um setor mais

burocratizado e cupulista e outro mais dinâmico e combativo.

Ao abandonar intempestivamente a CUT, o PSTU só desequilibra esse jogo, favorecendo exatamente os setores hegemônicos da Artsind. Na prática, a sua ação precipitada acaba servindo aos propósitos dos que querem desvirtuar de vez o papel da maior central brasileira, tornando-a um organismo domesticado e burocrático. Já ao optar pela criação de uma “central pura”, distante do nível de experiência concreta dos trabalhadores, o PSTU decreta seu próprio exílio social e reforça ainda mais suas “patologias sectárias”.

“Isolando-se cada vez mais da classe operária, os comunistas enfrentaram os sindicatos, que abarcavam milhões de operários, com suas próprias organizações muito respeitadas, mas separadas por um abismo da classe operária. A burocracia sindical não se podia fazer um favor maior”^[19]. “A tentativa sectária de criar ou manter pequenos sindicatos ‘revolucionários’, como segunda edição do partido, significa, de fato, renunciar à luta pela direção da classe operária. É necessário esclarecer este princípio irredutível: o auto-isolamento capitulador dos sindicatos de massas equivale a uma traição à revolução”^[20].

ENSINAMENTOS DE TROTSKY

Todas as citações acima são de autoria do revolucionário russo Leon Trotsky, principal referência teórica e prática do PSTU e da sua seção mundial, a Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). Na sua sinuosa trajetória,

Lindomar Cruz/ABr



favorecendo exatamente os setores hegemônicos da Artsind

ele nunca tratou a complexa questão da unidade como um “princípio puro por cima da realidade pecadora” e sempre enfatizou que “não fazemos um fetiche da unidade sindical”. Mesmo na defesa da unidade, ele exigiu “as garantias organizativas da democracia sindical, em primeiro lugar, e da liberdade de crítica para a minoria sindical, sempre com a condição de que se submeta à disciplina sindical”^[21].

Várias dessas opiniões foram formuladas nos anos 30, num período em que certas organizações trotskistas descambaram para posições ultra-esquerdistas, aliando-se inclusive a setores de direita do sindicalismo, e sucumbiram no total isolamento. Como já se precaveu o antenado intelectual e militante Valério Arcary, elas revelariam o esforço de Trotsky para corrigir os desvios dos seus seguidores, *juvens e inexperientes*. “Interpretá-las fora desse contexto não é razoável”, apela o autor^[22]. Mas será que estes textos seriam apenas conjunturais, datados e descartáveis? Ou revelariam uma preocupação estratégica de Trotsky?

Vladimir Lênin, principal dirigente da revolução russa, polemizou com Trotsky em temas nevrálgicos da estratégia e da tática dos comunistas. Ambos estiveram em campos opostos na maior parte da experiência russa e não tergiversaram na luta de idéias. “Os velhos militantes marxistas russos conhecem Trotsky e é inútil falar-lhes dele. Mas a jovem geração operária não o conhece e é necessário falar-lhe dele. É preciso que ela saiba com quem tem que se haver quando

certas pessoas erguem pretensões inacreditáveis”^[23]. Mesmo na questão sindical, os dois tiveram abissais divergências – antes e depois do poder soviético.

Na fase final de sua militância, Trotsky ainda radicalizou essas diferenças. É do seu famoso “Programa de Transição”, que serve de dogma para algumas organizações trotskistas, a caracterização simplista de que as condições já estariam “caindo de maduras” para a revolução, que só não vingaria devido à “traição das direções”. Num de seus últimos textos, ele quase nega o papel do sindicalismo e arroga: “Sem a direção política da IV Internacional, a independência dos sindicatos é impossível”^[24]. Mas, apesar dessa posição errática, muitas das idéias de Trotsky sobre sindicalismo precisariam ser mais estudadas, principalmente pelos que se dizem seus fiéis seguidores. Trotsky parecia bem mais ponderado do que muitos trotskistas!

NOTAS

- 1- Altamiro Borges. “O governo Lula e a ‘tática’ do PSTU”. Portal Vermelho, julho de 2003.
- 2- Martín Hernández. “Um vendaval oportunista corre o mundo”. Liga Internacional dos Trabalhadores.
- 3- “A divisão da marcha pelo MST”. *Jornal Opinião Socialista*, dez./2004.
- 4- Nazareno Godeiro. “É possível conquistar a reforma agrária no capitalismo?”. *Revista Marxismo Vivo*.
- 5- Eduardo Almeida. “O novo partido velho”. Portal do PSTU.
- 6- Editorial do *Jornal Opinião Socialista*, dezembro de 2004.
- 7- “Relatório do Encontro Nacional da Conlutas”. Janeiro de 2005.
- 8- “Contribuição do MES sobre o debate sindical do P-SOL”. *Revista*

Movimento, 01/7/04.

- 9- “Debate sindical do P-SOL”. *Coletivo Socialismo e Liberdade*, julho de 2004.
- 10- Flávio Aguiar. “Uma decisão lamentável”. Agência Carta Maior, 16/3/05.
- 11- Fernanda Medeiros. “Desencantados, sindicatos abandonam a CUT”. *Jornal O Globo*, 21/3/05.
- 12- Sérgio Ribeiro. “O sindicalismo mundial”. Edições Sociais, Lisboa, 1975.
- George Morris. “A CIA e o movimento operário americano”. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.
- 13- Iram Jácome Rodrigues. “Sindicalismo e política: a trajetória da CUT”. Editora Scritta, 1997.
- Ariovaldo Santos. “Trabalho e globalização: a crise do sindicalismo propositivo”. Editora Práxis, 2001.
- 14- Eduardo Almeida. “CUT: romper com o velho para construir o novo”. Portal do PSTU.
- 15- Leon Trotsky. “Uma discussão necessária com nossos camaradas sindicalistas”. Março de 1923.
- 16- Trotsky. “Os erros de setores de direita da liga comunista sobre a questão sindical”. Janeiro de 1931.
- 17- Trotsky. “A questão da unidade sindical”. Março de 1931.
- 18- Trotsky. “Os sindicatos na Grã-Bretanha”. Setembro de 1933.
- 19- Idem.
- 20- Trotsky. “Programa de transição”. México, 1938.
- 21- Trotsky. “A questão da unidade sindical”. Março de 1931.
- 22- Valério Arcary. “Ir ou não ir além da CUT?”. Portal do PSTU, 23/3/05.
- 23- “Trotsky e o trotskismo”. Vários autores. Editora Maria da Fonte, Portugal, 1975.
- 24- Trotsky. “Os sindicatos na época da decadência imperialista”. Agosto de 1940.

Altamiro Borges é editor da revista *Debate Sindical*

Fotos: Raquel Camargo



Uma greve contra a truculência

WAGNER SANTANA

Os metalúrgicos da Volkswagen de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, fizeram 25 dias de greve por Participação nos Lucros e Resultado (PLR), o movimento de mais longa duração por esse direito que aconteceu até agora no país. Os trabalhadores sabiam que a fábrica iria endurecer o jogo. Entre as arbitrariedades que ela cometeu estão o desconto dos dias parados e o indiciamento criminal de 21 dirigentes sindicais. A greve, entretanto, não foi apenas pelo valor da PLR. Afinal, o risco dos dias descontados, por si só, de antemão desarticulava o

Após 25 dias de greve e de brutal violência, que a mídia tratou de esconder, os metalúrgicos da multinacional alemã conquistam a PLR e comprovam sua combatividade

movimento. O que os trabalhadores exigem da multinacional é o respeito às suas posições e reivindicações por melhores condições de vida.

A nova direção da Volks assumiu no final de 2003 e logo mostrou a disposição de precarizar as relações de trabalho. Assim que assumiu, ela foi avisando que era contra o acordo de garantia de emprego. O acordo foi celebrado no final de 2001 e, com validade até o ano vem, garantiu o emprego dos cerca de 13 mil metalúrgicos e a implantação da linha de montagem do modelo Fox para exportação. Esse aviso e outras medidas pontuais, como o corte na distribuição de brinquedos do final de ano e material escolar aos filhos dos trabalhadores, serviram para aumentar o clima de intranquilidade e desconfiança no chão de fábrica.

MULTINACIONAL AUTORITÁRIA

Nas negociações das duas últimas campanhas salariais, a Volkswagen bateu firme para impor um teto para o reajuste salarial e foi contra um acordo com validade de dois anos, assinado em setembro passado com a Anfavea, entidade que reúne as montadoras de veículos instaladas no Brasil. A gota d'água para o quase completo esgarçamento das relações de trabalho foi a forma autoritária como ela tratou a reivindicação por novas contratações, essencial para reduzir a intensa carga de trabalho que recai sobre a quase totalidade do pessoal.

Quando os trabalhadores denunciaram a falta de mão-de-obra e partiram para protestos diários durante a produção, a empresa inovou ao contratar bate-paus (seguranças conhecidos como homens de preto). O movimento durou todo o mês de julho deste ano, sem qualquer sinalização da empresa para a reivindicação. A repressão, contudo, correu solta: dois mil metalúrgicos foram advertidos e membros da diretoria do Sindicato e da Comissão de Fábrica foram suspensos.

Tudo isso se repetiu agora na greve pela PLR. A Volks jogou ainda mais pesado e usou de todas as armas para desmobilizar o movimento. As pressões aumentaram. Além dos homens de preto pressionando e ameaçando trabalhadores, a empresa conseguiu na Justiça o interdito proibitório. A partir daí ela dificultou a entrada e permanência na fábrica dos representantes sindicais. Quando conseguia entrar na fábrica, cada representante tinha seguranças a sua volta, e quando eles conversavam com os colegas eram filmados, fotografados e gravados. Jogando sujo o tempo inteiro, a

Volks passou a ligar para a casa dos trabalhadores mentindo que a greve havia acabado.

DEFESA DA DEMOCRACIA

O conflito pelo valor do PLR surgiu quando a Volks decidiu transferir parte da produção do Fox para exportação para a fábrica do Paraná. Aquele acordo de garantia de emprego prevê a produção total do modelo em São Bernardo. Os trabalhadores, por sua vez, não admitem a quebra no volume de produção. Ao contrário, contavam com ela para que se chegasse ao valor esperado do PLR, por volta de R\$ 5 mil.

“Antes disso, a todo o momento a direção da fábrica dificultava a construção de uma proposta de acordo”, comenta o coordenador da Comissão de Fábrica, Valdir Freire, o *Chalita*. Ele lembra que os representantes da Volks assumiam compromissos num encontro e já no seguinte tudo voltava à estaca zero.

O Ministério Público do Trabalho interveio na greve e pediu o julgamento do dissídio. Não houve acordo na primeira audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho e, como represália, a empresa descontou os dias da greve. Uma liminar do mesmo TRT determinou o pagamento. A fábrica desobedeceu a decisão e recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho, que não a atendeu e confirmou a obrigatoriedade do pagamento dos salários. A Volks

também não atendeu a segunda ordem da Justiça.

No julgamento, no último dia 10 de novembro, o TRT considerou a greve não-abusiva e mandou a empresa novamente pagar os dias parados. Também estipulou em R\$ 4.750,00 o valor da PLR relativa à produção entre janeiro até o último dia 7 de novembro e deu prazo de 15 dias para empresa e trabalhadores formarem uma comissão para definir o valor total do pagamento. Independente do resultado do julgamento, o que os metalúrgicos do ABC não admitem é qualquer retrocesso nas relações de trabalho. Democracia e respeito à organização dos trabalhadores são valores preciosos da sociedade. E isso a categoria irá defender sempre.

Wagner Santana é diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista e vice-presidente do Comitê Mundial dos Trabalhadores da Volkswagen

**Empresa contratou
bate-paus, advertiu
2 mil metalúrgicos
e suspendeu membros
da diretoria e da
Comissão de Fábrica**



A questão sindical no Congresso Nacional

Governo e Congresso trabalham os seus anteprojetos para a reforma sindical. Enquanto o governo pretende promover mudanças na Constituição, a partir da PEC 369/2005, para depois regulamentar o texto alterado, o Congresso pretende atuar na esfera infraconstitucional, regulamentando o artigo 8º da Constituição. Neste artigo cuidarei apenas dos projetos em estudo na Câmara para regulamentar o atual texto constitucional.

PROPOSTA DE SUBSTITUTIVO

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), por intermédio do deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS), relator dos 14 projetos de lei sobre organização sindical em debate nesse colegiado, acaba de divulgar uma proposta de substitutivo destinada a regulamentar o artigo 8º. Além dos projetos de lei, o seu texto levou em consideração todas as contribuições havidas recentemente sobre a matéria.

Em seu voto, o relator enfatiza que observou como diretrizes, além do respeito ao texto constitucional, os princípios democráticos, os valores da cidadania, da participação política e social, da representatividade, do direito ao trabalho digno, da valorização da negociação coletiva

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



Aspectos positivos e as polêmicas do projeto do deputado Tarcísio Zimmermann

e da promoção dos direitos fundamentais. Seu texto, ainda sujeito a aperfeiçoamentos, é um primeiro esforço para regulamentar a organização sindical e possui vários aspectos positivos, mas vai suscitar muito debate.

ASPECTOS POSITIVOS

Entre os aspectos positivos, estão a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, o reconhecimento das centrais sindicais, a vinculação dos trabalhadores terceirizados ao sindicato da categoria profissional preponderante na empresa, a definição de que o mandato sindical não poderá ser inferior a quatro anos, sem limites para reeleição, e, principalmente, a garantia de instrumentos democráticos de participação da base nos processos de gestão e

decisão das entidades sindicais.

Especificamente sobre os processos de deliberações e gestão sindical, o texto determina que os estatutos das entidades devem assegurar os princípios da democracia interna, do amplo direito de informação aos associados e representados, do respeito aos direitos das minorias, da igualdade de condições para as chapas nos processos eleitorais, entre outros.

QUESTÕES POLÊMICAS

Certamente estarão na categoria dos polêmicos: o critério da proporcionalidade nas eleições sindicais; a vedação do voto do aposentado em entidade sindical; a proibição de eleger mais de um dirigente sindical em empresas com menos de 200 empregados; a possibilidade de criação de confederações interestaduais a partir de três federações da mesma categoria; a filiação direta do sindicato à confederação; e, por último, a integração à categoria preponderante na empresa de todos os trabalhadores que, não fazendo parte de categoria diferenciada e não tendo optado pelo sindicato específico, estiverem à disposição da mesma empresa, independentemente da forma de contrato a que estiverem vinculados.

O texto, em sua íntegra, encontra-se disponível no portal do Diap na Internet. No próximo artigo, tratarei da nova versão do anteprojeto do governo, que passou por profundo enxugamento, caindo de 238 artigos para 153.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Envolvido numa crise política que já dura seis meses, o governo Lula ingressa no último ano de seu mandato e se prepara para enfrentar a dura batalha da sucessão. A direita está ouriçada e faz de tudo para “sangrar” o presidente. Este, por sua vez, continua envolto em fortes dubiedades. Diante deste quadro, quais as expectativas do sindicalismo? Para responder à complexa questão, a Debate Sindical solicitou a opinião de sindicalistas das mais diversas correntes de pensamento. Foram feitas duas perguntas:

- 1- O governo Lula já conseguiu superar a crise política?
- 2- Qual o futuro do governo Lula?

*Ricardo Stuckert/PR*

Sindicalistas debatem o futuro do governo Lula

“Disputa política em 2006 será intensa”

1- A crise surgida após as denúncias contra o governo diminuiu. O pior já passou, mas o desgaste está dado e será mantido. Com certeza a direita e os neoliberais vão continuar atacando, nem que seja através das fofocas mais vis. A crise arrefeceu um pouco, especialmente depois que surgiram provas irrefutáveis de que o PSDB está na origem do chamado valerioduto. Porém, que ninguém se engane: a disputa política em 2006 será intensa, duríssima.

2- É do nosso desejo que o governo caminhe à esquerda. Daí a necessidade de mantermos a mobilização, até porque se trata de um governo permeável à pressão social, ocuparmos espaço e forçarmos o governo a se flexionar à esquerda. O governo Lula precisa ter claro que não é a elite que vai apostar num segundo mandato. Todos os outros candidatos, em 2006, vão criticar os juro e o superávit primário exagerado. O que os elaboradores da atual política macroeconômica vão apresentar de novo?

João Felício é presidente da CUT, secretário sindical nacional do PT e membro da corrente Articulação

“O desencanto com o governo é grande”

1- Passados cinco meses do estopim da crise, da apresentação das denúncias de *mensalão*, é natural que a temperatura baixe um pouco. Mas os elementos de instabilidade permanecem intactos, apesar do esforço do Palácio do Planalto e das forças aliadas em descaracterizar ou abafar as denúncias, lançando mão de expedientes anti-

republicanos. A força das denúncias advém do fato de se originarem no próprio governo, não se tratando de quimeras destiladas na oposição. Toda a trama alimentará a disputa política e servirá de munição para a oposição. O desencanto com o governo do PT é grande.

2- Há pouco mais de um ano do seu final, os desafios do governo Lula se avolumam. Tudo indica que nenhuma alteração substancial na política econômica será implementada e que as reformas política, fiscal e sindical, dentre outras, continuarão patinando, visto que o trabalho das CPIs e do Conselho de Ética invadirão 2006, prolongando a crise e complicando a atividade do Congresso Nacional, de antemão já prejudicada pela sucessão e as eleições gerais de outubro de 2006.

João Carlos Gonçalves (Juruna) é secretário-geral da Força Sindical

“É difícil recuperar a imagem do governo”

1- Não creio que o governo tenha conseguido superar a crise e nem que conseguirá tão cedo. Primeiro, porque a resistência de muitos acusados servirá de combustível para alimentá-la. Segundo, porque a crise interessa à mídia conservadora, que forma a opinião da população. Os acusados têm o direito de utilizarem todos os meios legais para a sua defesa, mas a imprensa conservadora agradecerá o combustível que receberá durante este período.

2- O governo Lula dá mostras de que fez clara opção por ignorar as vagas da crise, mesmo que isto custe alto a seus correligionários acusados. Estou seguro que ele deverá, apesar do pouco tempo que resta e das condicionantes

impostas pelas eleições de 2006, investir numa agenda positiva. Creio que pagará o custo financeiro necessário para viabilizá-la e que haverá resistências na área econômica. Ao final, a população fará sua escolha entre o que conseguiu da agenda positiva e a imagem passada. Difícil será recuperar a imagem no sindicalismo. A tresloucada iniciativa de reforma sindical deixou marcas profundas.

Severino Almeida é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviário e Aéreo, na Pesca e nos Portos (Contmaf)

“Mobilização social é decisiva na crise”

1- Há sinais de superação da crise. A vitória de Aldo Rebelo na Câmara dos Deputados contribuiu para isso. As CPIs entraram em crise. Lula mantém sua popularidade. Porém, a direita ainda tem gordura para queimar. Exemplo disso são as investigações sobre a morte do ex-prefeito de Santo André e a retomada das denúncias vazias, como a da suposta ajuda de Cuba no pleito de 2002. A crise está longe de terminar, mas daqui por diante as forças políticas e sociais ganham novo impulso, em especial se forem vitoriosas as mobilizações deste final do ano. Esse é o fator decisivo para superação da crise.

2- Faltam treze meses para o final do governo. As tarefas principais são: superar a crise política, fazer o sucessor e alterar os rumos da economia para permitir o desenvolvimento com valorização do trabalho. Não são tarefas simples. O futuro do governo depende da ampla união não só dos partidos políticos, mas das forças sociais, para conter a direita que pretende retornar ao

poder em 2006. Se o presidente Lula conseguir reunificar a base social e política que o elegeu em 2002, ele terá um futuro promissor.

Wagner Gomes é vice-presidente da CUT e membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

“A conversão de Lula à ordem neoliberal”

1- A impotência do governo Lula e a sua conversão à ordem neoliberal revelam que o neoliberalismo ganhará nova legitimidade, dando fôlego à contra-revolução permanente que caracteriza o padrão de dominação burguesa no Brasil. Portanto, a crise atual pode até ser resolvida, mas não do ponto de vista “da moral da tropa da esquerda socialista” a curto prazo. Uma dúvida não quer calar em amplos setores: “É ainda possível mudar o país através dos instrumentos que criamos e que capitularam por omissão ou por bajulação, a exemplo do PT e da

CUT?”. Isto para não citar outras organizações importantes.

2- Quanto ao futuro, o fracasso do governo Lula como agente da transformação faz parte do mesmo processo de impossibilidades históricas (criadas pela elite) que bloquearam todas as iniciativas que pudessem quebrar o círculo de ferro da dependência e da submissão ao grande capital. O futuro é a cada dia mais um maior distanciamento dos movimentos sociais e de suas demandas, é a negação da criatura e a necessidade de distanciar de seus criadores e suas pautas que já não mais cabem em sua agenda.

Jorge Luiz Martins (Jorginho) é membro da executiva nacional da CUT e da corrente Alternativa Sindical Socialista (ASS)

“É preciso buscar uma nova governabilidade”

1- O governo Lula tinha várias saídas. Preso à lógica da gestão macro-econômica, optou por se

apoiar na sua perna mais conservadora: o Ministério da Fazenda e o Banco Central. Está dada a polarização entre os que pregam que a governabilidade se dará pelo cumprimento das exigências do capital financeiro e os que defendem que há que se buscar uma nova governabilidade baseada na participação popular e no atendimento das necessidades emergenciais do povo. Se não optar pela segunda alternativa, dificilmente o governo Lula superará a crise.

2- O futuro do governo está condicionado à pressão dos movimentos sociais. O sindicalismo combativo, por exemplo, deve priorizar o combate ao curso conservador adotado pelo governo na crise, participando das lutas que sejam definidoras dos rumos que o país precisa tomar para atender aos anseios populares. A luta pela valorização do salário mínimo, pela redução da jornada de trabalho e pela expansão dos gastos públicos devem ser as principais reivindicações. É necessário buscar alcançar dois objetivos: a retomada do projeto democrático e popular e a luta contra a volta do PSDB-PFL.

Rosane da Silva é secretária de Políticas Sindicais da CUT e integrante da CUT Socialista e Democrática (CSD)

“Sair às ruas para cobrar mudanças”

1- A crise não está superada se levamos em conta que suas raízes estão nas alianças do PT com partidos burgueses e corruptos, como PP, PL e PTB, feitas para dar sustentação à política econômica contrária às demandas dos trabalhadores. A eleição de Aldo Rebelo não modifica a relação de forças no parlamento e nem impede a continuidade dos



Lula discursa na II Sessão Plenária da IV Cúpula das Américas, em Mar Del Plata, Argentina

Ricardo Stuckert/PR

ataques da oposição (PSDB-PFL). A oposição se alimenta do fosso entre o governo Lula e as forças sociais que o levaram ao poder e que estão frustradas em suas expectativas.

2- Sem mudança radical de rumos, o governo Lula vai “sangrar” até o fim, preparando o terreno para a volta dos tucanos. Afinal, para aplicar a política de Bush, a burguesia prefere um governo sem intermediários. Evidente que não interessa ao movimento operário a derrubada do governo Lula neste momento, pois no seu lugar entraria um governo de confronto direto com as massas. Seu papel é sair às ruas para cobrar que o governo demita os ministros capitalistas, rompa as alianças com nossos inimigos e se coloque na via do cumprimento das aspirações populares.

Júlio Turra é membro da executiva nacional da CUT e integrante da corrente O Trabalho

“Reeleger Lula e derrotar a burguesia”

1- O pano de fundo da crise é a luta de classes expressa na frase “vamos ficar livres desta raça por uns 30 anos”, dita por um ícone da direita. Essa raça somos nós, os trabalhadores. A crise cresce com a produção de escândalos por parte da mídia. O ataque visa acabar com símbolos das lutas sociais. Quem se beneficia é o PSDB e PFL, articulados com partidos menores que se dizem de esquerda. A superação da crise não é responsabilidade apenas do governo Lula. Depende de uma ampla organização social que mostre que não recuaremos em nossas conquistas. Vamos defender o governo Lula e tudo o que ele significa.

2- Em termos de avanços, o governo Lula é superior a seus

antecessores. Retomou o crescimento, gerou empregos, implantou programas sociais e faz uma política externa soberana. Com o governo Lula, a Alca – tão desejada pelo imperialismo – deixou de ser um fantasma. O futuro do governo Lula está em corrigir as deficiências na área econômica – como a elevada taxa de juros e o superávit primário – e em reafirmar suas raízes sociais. Assim, conseguiremos reeleger Lula e derrubar os sonhos da burguesia nacional.

José Lopez Feijó é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista

“A crise permanecerá até a sucessão”

1- A crise é um processo de disputa política, no qual as elites buscam impedir a continuidade do governo Lula e evitar qualquer possibilidade de mudança no país. Apesar das ações dos movimentos sociais contra a direita e da eleição de Aldo Rebelo, o governo ainda não conseguiu superar a crise. Estes dois fatores atenuaram sua velocidade, mas não foram suficientes para inaugurar uma nova correlação de forças. Tudo indica que a crise permanecerá até as eleições presidenciais, assumindo formas diferenciadas.

2- O futuro do governo está vinculado a sua capacidade de buscar uma saída positiva para a crise. Urge que o presidente adote um novo discurso e realize ações concretas que signifiquem o início da transição para o novo modelo econômico, mesmo que isto contrarie interesses das elites. Para combater as desigualdades é imprescindível a retomada do crescimento, a valorização do trabalho e um novo tipo de relação com os movimentos sociais. Nas condições de hoje, a

continuidade do governo Lula, por mais limitado que seja, é a alternativa mais concreta para avançar rumo à superação do neoliberalismo.

Everaldo Augusto é presidente da CUT-Bahia e integrante da coordenação nacional da CSC

“O futuro incerto do governo Lula”

1- O presidente Lula respira mais aliviado, mas não dá para dizer que superou a crise. Ele foi vítima dos desacertos de seu próprio partido, que municiou a oposição na sua “vingança política”. Articulou-se, desta forma, um verdadeiro processo para desacreditar e desestruturar não só o governo Lula e seu partido, mas toda a esquerda. Neste contexto, a vitória de Aldo Rebelo é emblemática. Não só redime o PT de um dos seus erros, como mostra que o governo está vivo. Foi um passo na retomada da governabilidade abalada.

2- O cenário atual não permite previsões de longo prazo. Dois aspectos principais levam a isto: a crise decorrente das denúncias de corrupção e a condução da política adotada pelo governo. Mesmo com os inegáveis avanços, como na condução da política externa, a resposta do eleitorado é hoje uma incógnita. A manutenção da política macroeconômica neoliberal gerou enorme frustração e divisão entre as forças progressistas. O governo sofre severas críticas de setores da esquerda, em particular na sua condução da economia. Sem um projeto claro de mudança, torna-se incerto o futuro político do governo Lula.

Décio Braga é presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais (Sinpro-MG)

A reforma sindical e a cena da barata-voa

Um fantasma assombra o sindicalismo brasileiro, o fantasma da reforma sindical encalacrada. Perdeu-se o tempo e a oportunidade de fazê-la avançar para que o movimento avançasse; o máximo a que se pode almejar agora são medidas pontuais.

Não se trata de descobrir e apontar culpados; provavelmente somos todos responsáveis pelo não acontecido. Os trabalhadores saberão cobrar. A não realização da reforma é uma derrota e as suas conseqüências pesam fortemente sobre o sindicalismo, cada vez mais desbalanceado entre movimento e instituição.

DERROTA ESTRATÉGICA

Pela primeira vez desde a criação das centrais sindicais (como expressão concentrada do novo sindicalismo) elas sofrem uma sutil, forte e estratégica derrota; a derrota de não alcançarem a sua constitucionalização ou, o que é também muito grave, a de não conseguirem suscitar e garantir um amplo consenso que levasse a isto.

Em termos de estrutura sindical, com o bloqueio existente, é como se as centrais sindicais dos trabalhadores voltassem à posição fetal ou até mesmo à não existência.

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



Perdeu-se o tempo e a oportunidade para fazer avançar o sindicalismo

INICIATIVAS DESORDENADAS

Quero registrar que, diferentemente do patronato que desde 1987 abandonou a luta pela construção de uma central e se acomodou no sistema confederativo, o movimento dos trabalhadores se reconstruiu construindo as suas centrais, equilibrando-se entre a unicidade constitucional e a pluralidade destas organizações de cúpula, legítimas, mas sem poderes sindicais.

Além da derrota das centrais, o vácuo criado tem ocasionado um conjunto desordenado de iniciativas que reforçam o desbalanceamento do sindicalismo: quebra de base sindical para resolver os problemas de representação, táticas de oposição sindical dos anos 70 e 80, golpismo e

burocratização, apelo desabusado à Justiça Trabalho, entre várias outras.

ONDA CONSERVADORA

Na onda conservadora que se materializa, nossos adversários brandirão, com certeza, o tacape do moralismo contra o movimento sindical dos trabalhadores, aumentando a pressão contra os legítimos recursos sindicais. Procurarão, também, contrapor a fracassada reforma sindical (e para eles, inútil) à necessária reforma trabalhista, com a flexibilização de direitos. Engajar-se agora nesta discussão é temerário.

E para complicar ainda mais as coisas, quando iniciativas de vulto são tomadas, cresce a tentação isolacionista de querer se apropriar para si próprio daquilo que é unitário e comum a todos. Estas práticas repercutem negativamente sobre o movimento, sobre o Congresso Nacional, sobre os formadores de opinião e a sociedade; os trabalhadores assistem isso bestializados.

Há uma hora no galinheiro em que as baratas, alucinadas, voam. E todas as aves, gulosas, correm atarantadas. Tomara que o movimento sindical não esteja vivendo esta hora de barata-voa; é muito feio.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

Apesar da intensificação e da coordenação das ações combativas sociais e sindicais, cada vez resulta mais nítida a necessidade de fazer coincidir a luta social com a luta política



Fotos: www.informedia.com

O que ocorre na Argentina?

MARIO ALDERETE

Argentina parece, num olhar rápido, um país paradigmático. Depois de chegar ao fundo do poço em dezembro de 2001, quando a crise atingiu seu ápice, nestes últimos três anos o país cresce a uma média anual de 9%, a produção industrial ocupa quase toda capacidade instalada, aumentam a produtividade do campo e as exportações, é alta a taxa de arrecadação fiscal e o governo tem reservas de US\$ 26 bilhões.

Entretanto, todos os dias ocorrem greves, mobilizações, bloqueio nas estradas, ocupações de fábricas, de escritórios e de universidades, marchas de docentes, de trabalhadores da saúde, do metrô, dos trens, dos aviários, de pequenos e médios produtores da cidade e do campo e assim sucessivamente. Então, o

que acontece na Argentina? Há riqueza, muita riqueza, mas cada vez é mais injusta a sua distribuição. Poucos poderosos, nacionais e estrangeiros, apropriam-se de muito e muitos ficam somente com as migalhas.

É verdade que esta situação não é nova. Os responsáveis são todos os governos civis e militares que se sucedem desde 1976 e que têm se preocupado basicamente em aplicar o modelo neoliberal de dominação e seguir ao pé da letra o chamado "Consenso de Washington". Portanto, pretender que se troque este dramático quadro que afeta a milhões de compatriotas da noite para o dia é uma verdadeira utopia. Não obstante, aos militantes dos movimentos político-sociais cabe analisar as tendências que se observam no funcionamento do atual governo, a fim de advertir se as medidas

que se adotam são favoráveis aos trabalhadores e ao país, ou se dão continuidade ao sistema depredador num novo momento histórico.

VIOLENTA EXPLORAÇÃO

Qual é o quadro atual segundo as próprias estatísticas oficiais? Numa População Economicamente Ativa (PEA) de 15,5 milhões, há 2,5 milhões de desocupados totais e 2,5 milhões de subocupados. Quatro em cada 10 desocupados têm menos de 24 anos e a taxa de desemprego é de 26,3%. O salário mensal médio é de \$ 600 (US\$ 200), mas o custo da cesta básica, que marca o nível de pobreza, é de \$ 791, e o valor da cesta para atender as necessidades de uma família é de \$ 1.800 (casado com dois filhos em idade escolar).

Dos 10,5 milhões que trabalham, somente 6 milhões

estão registrados e 4,5 milhões são empregados sem registro ("en negro"), ou seja, sem nenhum tipo de cobertura social ou acordo coletivo. Por essa razão, além do fato de suas relações de dependência estarem sujeitas as cláusulas superexploradoras por meio de contratos chamados de "basura", os seus vencimentos mensais são, em média, de \$ 380.

O governo se jacta de haver criado novos postos de trabalho e, portanto, afirma que baixou o nível de desocupação. Em parte é verdade, mas dos novos postos, 80% são precários e o salário mensal médio é da ordem de \$ 420 (muito abaixo do nível de pobreza). Pelas estatísticas oficiais, durante o segundo semestre deste ano, 6 milhões de pessoas viveram com \$ 2 diários e 2 milhões com menos de \$ 150 por mês, ainda que as dez maiores empresas multinacionais que operam no país embolsem US\$ 600 por minuto.

As terras argentinas se tornaram estrangeiras, o campo paulatinamente se transforma numa imensa área de monocultora (soja transgênica) com extraordinária produtividade e alta tecnologia, mas a industrialização e a exportação estão nas mãos de apenas cinco grandes monopólios. O governo argentino, em virtude dos impostos, fica com 30 % dos valores exportados e com 30 % da renda petrolífera.

Simultaneamente, no meio

interno, crescem os níveis de inflação (para este ano se prevê 2 %), o que tem diminuído novamente os salários cujos valores haviam sido medianamente melhorados como resultado das heróicas lutas produzidas em 2005. Vale a pena recordar que, no primeiro trimestre deste ano, o número de greves realizadas superou a média histórica dos últimos 15 anos.

Este governo é o que mais tem lutado contra o FMI, mas contraditoriamente é o que mais pontualmente lhe tem pago. E o dinheiro que hoje está guardado nos cofres do Estado, que são da ordem de US\$ 26 bilhões, está destinado ao pagamento da dívida externa que tanto aprofunda a exclusão e a miséria em amplas parcelas da população trabalhadora.

HERANÇA MALDITA

Como todos sabem, a Argentina foi espoliada durante o governo de Menem, que entregou o fundamental do patrimônio nacional, privatizou a saúde e a educação, fechou fontes de

Quatro em cada 10 desocupados têm menos de 24 anos e a taxa de desemprego é de 26,3%; salário não cobre o básico

ocupação, golpeou duramente o mercado interno, agrediu o meio ambiente para estender a área semeada de soja, expulsou de suas terras as comunidades locais e desenvolveu uma agricultura sem agricultores. A exclusão social se instalou no país como uma pandemia estrutural. Hoje existe uma nação de dois níveis perfeitamente diferenciados.

Portanto, para sair desta situação há que tomar um rumo diametralmente oposto: recuperar o patrimônio, não falar tanto da pobreza e preocupar-se mais em distribuir as riquezas, utilizar o superávit fiscal para inversões produtivas, estimular o mercado interno, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e do povo

O país cresce a uma média anual de 9%, mas a distribuição da riqueza continua das mais injustas





**O governo Kirchner
tem lutado contra
o FMI, mas é o que
mais pontualmente
tem pago a dívida
externa e interna**

e contribuir para a verdadeira integração latino-americana através da Alba (Alternativa Bolivariana).

Objetivamente, esta não é a rota pela qual transita o governo de Néstor Kirchner e essa é a razão principal do agravamento dos conflitos sociais. O governo tem usado um discurso sedutor que combina com o que deseja a sociedade e tem conquistado um consenso majoritário, particularmente devido à manipulação dos meios de comunicação massivos. Mas a realidade marcha por outro caminho e em algum momento estas contradições saltarão mais à superfície, pondo em sérias dificuldades a chamada governabilidade.

Por exemplo, não há inversões que assegurem um crescimento sustentável, as empresas privatizadas e o FMI exigem imediato aumento das tarifas, cresce a dívida externa atada à inflação e ao aumento do PIB. As ações combativas do movimento dos trabalhadores são “judicializadas”, começa-se a “criminalizar” o protesto social e já há restrições ao funcionamento da própria institucionalidade

democrático-burguesa, com o avassalamento da divisão de poderes e a supremacia do Poder Executivo.

DEBILIDADES DO SINDICALISMO

Os sindicatos realizam lutas contínuas e, às vezes, heróicas, mas têm uma debilidade profunda e radical manifesta na sua dispersão, já que a CGT praticamente está de costas para as reclamações dos trabalhadores e a CTA ainda não conta com uma estrutura suficiente para dirigir todas as mobilizações. Além disso, está atravessada por divisões internas, particularmente com setores kirchneristas que querem apropriar-se da central para anular a sua autonomia em favor do apoio incondicional à orientação do governo atual.

O poder kirchnerista trata de dobrar a CTA e para isto exerce, por um lado, uma espécie de chantagem e não a reconhece oficialmente, negando-lhe a legalização constitucional. Por

outro lado, dá oxigênio aos dirigentes que simpatizam com o oficialismo, a fim de assegurar o apoio da central.

Ademais da intensificação e da coordenação das ações combativas sociais e sindicais, cada vez resulta mais clara a necessidade de fazer coincidir a luta social com a luta política e de construir desde o conflito e em processo uma verdadeira alternativa de governo e poder, de caráter amplo e plural, com definições programáticas democráticas, participativas, populares, nacional, latino-americana e antiimperialista.

Dito de outro modo: um novo movimento histórico que seja a representação política dos sujeitos sociais agredidos pelo neoliberalismo e que se converta na ferramenta capaz de mudar o rumo atual por outro que aponte para a verdadeira libertação nacional, objetivo este que está impossibilitado de se materializar nos partidos políticos que têm sido funcionais aos planos imperialistas de entrega e submissão.

Mario Alderete é coordenador nacional do Movimento Político Sindical Libertação e integrante da Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA)
Tradução de Paulo Eduardo Cruz

O momento atual do sindicalismo na Espanha

MANUEL MERA

Para entender o sindicalismo espanhol é necessário saber que a CCOO (Comissões Operárias) e a UGT (União Geral dos Trabalhadores), as centrais mais conhecidas e que contam com maior espaço nos meios de informação, não são as únicas referências da classe operária, já que nos últimos anos surgiram várias organizações descontentes com a progressiva desmobilização, o desarmamento ideológico e a negociação das cúpulas com o poder político e empresarial, a chamada *concertación*. É verdade que estas entidades são minoritárias no que se refere ao número de delegados sindicais. Porém, elas têm peso nas áreas mais industrializadas e, especialmente, nas grandes empresas, ou seja, onde há maior nível de organização.

Comentário à parte merece o sindicalismo nacionalista, fundamentalmente no País Basco e na Galícia, já que no primeiro ele representa 51,28% dos trabalhadores (ELA, STV e LAB) e na Galícia, 27% (CIG). Para avaliar estes números, é preciso saber que aproximadamente 10% do total não estão afiliados a nenhuma central. Ademais, nas Ilhas Canárias e na Catalunha existem centrais com menor participação.

Para os afastados desta realidade, vale dizer que o nacionalismo (das nações periféricas e dependentes no Estado espanhol) está, na maioria das vezes, à esquerda das referências políticas da Espanha e, em não poucos casos, é regido por concepções marxistas ou mesmo por partidos comunistas. Por este motivo, o sindicalismo nacionalista tem uma tradição de combatividade; foi um aliado importante das Comissões Operárias (CCOO) na luta contra a ditadura franquista e nos primeiros anos da transição; e hoje mantém unidade de ação com os sindicatos que se afastaram da concepção do sindicalismo estatal majoritário.

Sobre os dados de representação, é preciso salientar que eles refletem só uma parte do peso real das organizações sindicais, que se completa com o número de afiliados e a participação das pessoas nas ações reivindicativas. Concretamente, o sindicalismo nacionalista e as organizações minoritárias têm grande capacidade de mobilização e maior número de quadros e militantes. Um exemplo é a CIG, o sindicalismo nacionalista da Galícia, que é a primeira central nas duas áreas mais industrializadas, Vigo e Ferrol, e



Foto: www.getzartig.com

Hoje, os contratos temporários abrangem 32% dos assalariados, a jornada de trabalho é mais longa e o salário perdeu peso no PIB espanhol

tem grande peso na indústria transformadora, da construção, da pesca e no setor público em toda a Galícia.

Esclarecidas quais são as forças, apesar da distinta realidade entre as organizações sindicais da Galícia e do País Basco e do valor que a palavra nacionalista tem no âmbito do Estado espanhol – que

Nas últimas décadas, surgiram na Espanha várias organizações descontentes com

se assemelha aos movimentos de liberação nacional no “terceiro mundo” –, faço uma breve análise sobre a origem da ‘concertación’ e dos seus resultados, dos objetivos e da prática sindical na Espanha de hoje.

CONCERTACIÓN COMO UTOPIA

A imposição do modelo de *concertación*, do pacto social com caráter geral e acordado pelas cúpulas, não é algo que nasceu subitamente como reflexo da queda do socialismo real e da hegemonia do capitalismo globalizado e neoliberal. Ela tem, na Espanha, uma origem anterior. Surge na aceitação, na década de 70 pelo eurocomunismo, das práticas da socialdemocracia centro-européia. Porém, este recuo ideológico teve seu êxito com os Pactos de Moncloa em 1977. Este acordo de partidos – entre eles, o PCE –, apoiado pelos centrais majoritários (CCOO e UGT), resultou em perdas salariais para os trabalhadores. Mas, sobretudo, visou frear as mobilizações da classe operária. A

este pacto seguiram-se vários outros.

Em 2001 ocorreu um dos últimos pactos. Ele consistiu numa contra-reforma que rebaixou as indenizações por dispensa. Ele foi assinado pela CCOO e o governo de direita do PP com o argumento de “fomentar a contratação”. Na Galícia, o protesto contra este acordo resultou numa greve geral vitoriosa, convocada no 15 de junho pela CIG e UGT. Um ano depois, em 20 de junho, ocorreria outra greve geral, desta vez em toda a Espanha. A mobilização foi contra o rebaixamento do valor das parcelas do seguro-desemprego e a nova redução das indenizações por dispensa imotivada. A confederação patronal e o governo sentiram-se fortes depois dos acordos com a CCOO sobre pensões e atreveram-se a ir adiante com novas agressões.

Todos os pactos sociais supunham perda importante de direitos e, só em alguns casos, alguma das grandes centrais de

âmbito estatal se opuseram. A ruptura de ação entre CCOO e UGT dependeu da agressividade da reforma, da oposição social nesse momento, da disputa eleitoral e do nível de mobilização existente. Mesmo nos últimos anos diante de algumas contra-reformas a UGT colocou-se à esquerda da CCOO, ao contrário do que ocorreu no passado. Em todas as ocasiões, o sindicalismo majoritário de âmbito estatal ficou para trás, só sendo empurrado pela situação dos trabalhadores e pela mobilização existente, gerada pelo sindicalismo nacionalista e por outras centrais menores.

No fundamental, sindicalismo estatal sempre adotou a filosofia do pacto social, do derrotismo, à procura de acordos com o patronato e o governo, seja este de direita ou socialdemocrata. Agora mesmo, novas negociações são feitas na cúpula e sem debate nas bases e mesmo com desconhecimento do seu conteúdo. Nelas estão CCOO, UGT, CEOE e o governo tratando de temas relacionados com a negociação coletiva, contratos de trabalho, pensões dos aposentados, indenização por dispensa, etc. É para começar a tremer!

CONSEQUÊNCIAS DOS PACTOS

Os sindicatos partidários da *concertación* defendem que desta maneira evitam males maiores, apesar de que três décadas de pactos significaram perda de direitos sindicais e piora nas condições de trabalho. Nomeadamente, hoje, os contratos temporários abrangem 32% dos assalariados, a jornada



a desmobilização e as negociações de cúpula

de trabalho é mais longa que há uma década, o ritmo de trabalho é maior, aumentaram os acidentes de trabalho e os salários perderam peso na massa da renda produzida. Ademais, expressivo número de pessoas não tem nenhum tipo de contrato – portanto, de direito. No caso da Galícia, atinge 11% da população ocupada.

Alguns dados iluminam o que se sucedeu na Espanha. Nos anos 90, o PIB recuou 3,15 % e de 1990 até o ano de 2003 a queda foi de 2,8%, superior à média da União Européia de 2,4% e 2%, respectivamente. Por sua vez, a população assalariada passou de 72%, em 1980, para 81,6%, em 2004. No mesmo período, a participação na renda dos assalariados diminuiu de 50,2% para 47,7%. Também cresceram as diferenças entre territórios; alguns perderam população (Galícia, Astúrias, Extremadura) e outros ganharam (Madri, Catalunha, Murcia, Andaluzia, Ilhas Canárias). As diferenças de renda e de taxas de desemprego somam-se à diversidade na cultura, língua e mesmo à história singular de cada nacionalidade.

Este recuo da classe operária deu-se num contexto em que a renda *per capita* caiu; assim mesmo, durante esta etapa o Estado espanhol converteu-se numa economia industrializada e numa potência intermediária. Para isto contribuiu a exploração além das fronteiras, especialmente na América Latina, através da troca desigual e dos benefícios empresariais insultantes. Ele se aproveitou da exploração associada à opressão – imperialismo – e mesmo da

imigração que causa esta situação. Tudo isto disfarçado, graças ao controle dos meios de informação, como o único caminho possível “depois do fracasso do socialismo”. Por certo, uma teoria que também agrada aqueles que, a partir do derrotismo e da falta de alternativas, procuram só humanizar um pouco o sistema e atender aos marginalizados e discriminados com maiores esmolas.

REFLEXÃO E DESAFIOS

Como ocorre no mundo, as mudanças na Espanha começaram pela periferia, com as identidades nacionais negadas e as regiões consumidas pelo atraso e por piores condições de trabalho. É nestes territórios em que se aninham os descontentes, onde o protesto é mais vivo e o pacto social é bem mais difícil. Não só nas nacionalidades como Galícia, País Basco e Catalunha, mas também nas regiões autônomas como Andaluzia, Astúrias, Ilhas Canárias. Ou seja, a radiografia é muito semelhante ao que ocorre no nível internacional, entre o papel que joga o centro e a periferia, ou as periferias.

Isso não quer dizer que no centro, em Madri e nas regiões autônomas similares, não haja oposição à perda de direitos e ao aumento das desigualdades. Neles também ocorre maior polarização da sociedade, unida à fragmentação dos de baixo, a um maior controle ideológico e ao crescimento da repressão militar. Porém, é na periferia onde a organização social e política têm mais vitalidade, está menos condicionada e tem mais possibilidades de contraste,

**O recuo ideológico
teve seu êxito com
o Pacto de Moncloa,
apoiado pela CCOO
e UGT, que gerou
graves retrocessos**

especialmente no eixo ideológico, na luta do campo das idéias.

Na Espanha, o sindicalismo já não é o que era; ele perdeu força e capacidade de convocar seus militantes. Mas, na base, ainda há setores amplos nas médias empresas, nos empregados temporários e na juventude que questionam os acordos das direções, a prática do pacto sem mobilização, especialmente da CCOO, ainda que a burocratização jogue contra a base sindical e as desigualdades sociais a favor.

Hoje, a resposta sindical, a oferta de alternativas e a luta no campo das idéias – que é fundamental – na busca de um mundo mais solidário, com justiça social e respeito à soberania das nações, sustenta-se quase que exclusivamente nos ombros do sindicalismo nacionalista, assim como nas pequenas organizações que no resto da Espanha erguem as bandeiras de classe. Ação, organização, debate de alternativas, contato com a sociedade, evitar isolar-se (na empresa) vinculando o sindical e o político e manter relações não sectárias, devem ser a prática cotidiana para mudar a correlação de forças e para avançar.

Manuel Mera é secretário de formação e comunicação da Confederação Intersindical Galega (CIG).
Tradução de Paulo Eduardo Cruz

A democracia nas entidades

O exercício democrático tem uma dimensão educativa que se reflete no crescimento intelectual dos dirigentes e no avanço organizativo da categoria

AUGUSTO PETTA

O golpe militar de 64 promoveu uma grande devassa nas entidades sindicais comprometidas com a luta dos trabalhadores. Aproximadamente 10 mil lideranças foram banidas do movimento sindical. Até 1976, as iniciativas tomadas para reconstrução do sindicalismo brasileiro foram duramente reprimidas.

Simultaneamente, cerca de 30 mil sindicalistas, estimulados por órgãos estadunidenses, fizeram cursos, muitos deles nos EUA. Aprenderam a combater as idéias marxistas e aplicar a concepção tradeunionista, de conciliação entre capital e trabalho, e a transformar os sindicatos em órgãos assistencialistas.

A partir de 1976, com a ditadura apresentando sinais de desgaste e com o avanço do nível de consciência dos trabalhadores, retoma-se a organização e a mobilização sindical tendo como objetivo básico a luta por melhores salários e condições de trabalho, que desembocaria pouco depois na crítica ao regime ditatorial.

RICA EXPERIÊNCIA

Foi exatamente em 1976 que um grupo de professores, do qual tive a oportunidade de participar, começou a se reunir para discutir

os problemas enfrentados pela categoria. Numa destas reuniões, deliberamos buscar conhecer o Sindicato dos Professores de Campinas, que era completamente omissa e funcionava quase clandestinamente (não em função da repressão, mas para não ser “importunado” pelos professores).

Encontramos uma entidade que reproduzia o regime ditatorial vigente: número pequeno de sindicalizados (cerca de 5%), controle rígido das decisões nas mãos do presidente e de outros dois diretores, assembleias divulgadas com letras minúsculas (entre os “classificados”) em jornais pouco lidos por professores, ausência de mecanismos democráticos para aferir as opiniões da categoria, impedimento de acesso às listas de sindicalizados, exigências de mais de dez documentos para se associar. Este esquema funcionou por mais de 15 anos.

Crescia o movimento pela redemocratização no Brasil. As greves no ABC paulista, lideradas pelo atual Presidente da República, trouxeram novo alento aos trabalhadores. Voltavam à cena política os protagonistas fundamentais do modo de produção capitalista, ainda mais aqueles operários que ocupavam lugar de destaque no coração do capitalismo no Brasil.

Depois de cinco anos de persistente luta diária, finalmente assumimos a direção do Sinpro, em julho de 1981. Fruto dos estudos e da experiência de luta pela democracia no sindicato e no país, que se estende até hoje, é que ousou apresentar algumas idéias que possam contribuir para que nossas entidades sindicais sejam as mais amplamente democráticas possíveis:

MEDIDAS DEMOCRATIZANTES

1- Trabalho coletivo: são as instâncias de deliberação do sindicato (congressos, assembleias, reuniões de diretorias) quem decidem as políticas, as orientações fundamentais da atividade sindical, e não qualquer dos seus membros individualmente, existindo a permanente possibilidade das opiniões divergentes e das contribuições de cada um. O trabalho coletivo é a dinâmica permanente no desenvolvimento do sindicato e decorre da compreensão de que o conjunto das atividades se deve aos esforços conjugados de todos;

2- Direito à participação nas correntes sindicais e nos partidos políticos: evidentemente todo o membro da categoria (e, portanto, inclusive os diretores sindicais) tem direito a manifestar, nas instâncias de decisão da entidade, suas concepções políticas e sindicais e as respectivas propostas. Através do voto, decidem-se quais as táticas e estratégias a entidade irá adotar. A chamada “partidarização da entidade” ocorre quando o presidente ou a diretoria desrespeitam a maioria e

sindicais

impõem suas idéias e práticas à atividade sindical.

3- A democracia nas entidades sindicais implica em:

- a) Garantir o funcionamento adequado das instâncias de deliberação da entidade, criando condições objetivas para a participação dos diretores e da categoria;
- b) Eleger e garantir a atuação dos delegados sindicais e das organizações por local de trabalho;
- c) Socializar as informações com a base de forma mais eficiente possível, usando sempre que possível os meios mais avançados que a tecnologia oferece;
- d) Realizar planejamento estratégico para estabelecer, em conjunto, as prioridades e, como consequência, uma distribuição adequada dos recursos financeiros;
- e) Formar sindical e politicamente diretores e categoria, buscando elevar o nível de consciência política;
- f) Estimular a participação dos diretores e da categoria nas campanhas salariais e nas lutas mais gerais dos trabalhadores na busca por democracia e pelo desenvolvimento econômico e social;
- g) Realizar eleições livres, com regras claras, com ampla divulgação de todo processo, com permissão de acesso às listas de votantes, com tratamentos semelhantes às chapas inscritas;
- h) Manter relação aberta com os funcionários da entidade, respeitando os seus direitos e possibilitando a participação deles em determinadas atividades da entidade;
- i) Estabelecer um processo de



avaliação do trabalho desenvolvido na entidade conforme as determinações do planejamento estratégico.

LONGO CAMINHO

Ao participar deste rico processo, os diretores coletivamente se formarão política e administrativamente. Neste sentido, a participação sindical tem uma dimensão educativa que se reflete, por um lado, no crescimento intelectual, emocional e social dos diretores e, por outro, no crescimento dos membros da categoria. Dialeticamente eles irão se formando e adquirindo melhores condições para o exercício das novas funções que a vida política impõe.

A democratização das entidades não é simples. Nem o processo mais geral de democratização que o país atravessa conseguiu romper as barreiras culturais enraizadas no sindicalismo. Ao lado de sindicatos que deram passos significativos rumo à construção de uma estrutura interna mais dinâmica e democrática, convivem entidades extremamente fechadas e

burocratizadas, centralizadas fortemente nas mãos de um ou dois diretores.

Mesmo entre os que avançaram no terreno da democracia, ainda há um longo caminho a percorrer. Cabe ao sindicalista classista a tarefa de continuar perseguindo objetivos democráticos, mas tendo consciência de que a verdadeira democracia só será viável quando o capitalismo for superado e substituído pelo socialismo.

BIBLIOGRAFIA

- Ricardo Antunes. *O que é sindicalismo*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1996.
- Álvaro Cunhal. *O partido com paredes de vidro*. Edições Avante, Lisboa, 2002.
- Boris Koval. *História do proletariado brasileiro*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1982.
- Vladimir I. Lênin. *Sobre os sindicatos*. Editora Polis, São Paulo, 1979.
- Jornal do Sinpro-Campinas. Campinas, São Paulo.
- Jornal Correio Popular, Campinas, São Paulo.

Augusto César Petta é coordenador de formação sindical do CES e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) e do Sinpro-Campinas

Organizações sociais são a solução para saúde?

Entre as recomendações do FMI e do Banco Mundial sobre a modernização administrativa dos países da periferia do sistema capitalista, como o Brasil, está a do Estado se desvencilhar da administração direta de empresas e serviços que tiver. Ainda que sejam serviços essenciais, como os de saúde.

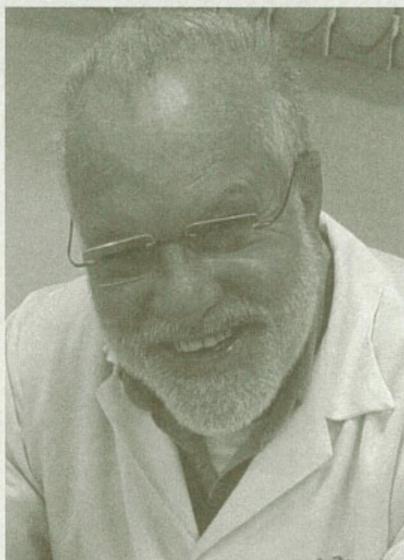
Uma das experiências com este viés foi a das cooperativas médicas na capital paulista quando governada por Maluf e Pitta. Fracassou. Diz-se, por cupidez dos seus donos. Mas a proposta de privatização da assistência médica e hospitalar continua de pé.

FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

A experiência mais recente é de entregar tais serviços às organizações sociais, regulamentadas pela Lei Federal 9.637, de 15/5/98. O Estado de São Paulo aprovou uma lei complementar de nº 846 e o governo municipal de São Paulo acaba de remeter um projeto parecido.

O discurso dos seus propositores é o seguinte: a administração pública gasta muito e mal. Há muito desperdício, muito servidor e pouco trabalho. A gerência pública é pouco profissional, não controla o trabalho, nem o material de uso, nem os equipamentos e imóveis e pouco se preocupa com a produtividade. Tudo isso requer,

HERVAL PINA RIBEIRO



A investida agora se concentra na redução dos postos de trabalho

dizem, bases contratuais de outra ordem em que fique explícita a necessidade de flexibilizar as relações trabalhistas.

Haveria, então, maior rigor no cumprimento dos contratos de trabalho e estímulo à produtividade, coisas que a gerência pública não faz por conta da legislação cheia de amarras burocráticas e das interferências de corporações de servidores e de políticos. Não é este o espaço para rebater tais argumentos. Lembre-se, porém, que as apregoadas virtudes da administração privada não têm evitado falências de grandes, médias e pequenas empresas. Até de bancos!

PRESSÃO DOS CREDORES

Induzidos pelos credores internacionais que forcem uma política econômica de superávit primário, os vários governos brasileiros, inclusive o atual, vêm contendo os gastos sociais, entre

os quais os de saúde. Ao longo desses quinze anos fizeram com que as despesas ficassem muito aquém das necessidades da população. Collor, Itamar, Fernando Henrique e Lula praticaram a mesma política de arrocho na saúde.

A investida agora é diferente. Não se trata apenas de congelar salário, prática velha, mas sim de terceirizar e retirar direitos trabalhistas. Como as organizações sociais não têm capital, elas vão tentar se capitalizar às custas de que? Do trabalho dos seus empregados, pagando-lhes mal. Mesmo assim, não vai sobrar para investimentos. Conseqüência: em 10 anos, como já aconteceu com o PAS, os hospitais públicos do município virarão novamente sucata.

TRANSAÇÃO MERCANTIL

Sem capital, as organizações sociais não têm como competir no mercado para obter os melhores profissionais. Tê-los-ão, mas com uma rotatividade indesejável. Não têm quadros administrativos experientes, nem reserva financeira para fazer frente a contenciosos trabalhistas e civis. Conferem à saúde características típicas de exploração da força de trabalho e lidam com os contratos como se fizessem transação mercantil qualquer.

Apesar de se exigir que não tenham caráter lucrativo, a prevalecer esse comportamento empresarial, elas não se distinguirão das empresas privadas comuns. Por fim, com as múltiplas intermediações do dinheiro minguado do SUS sobrará o quê para tratar as pessoas?

Herval Pina Ribeiro é doutor em saúde pública e colaborador docente da Universidade Federal de São Paulo

A ferramenta estratégica do planejamento situacional

“O governo refere-se à ação prática, e se ela pretende ser eficaz, o processo de governo e o processo de planejamento devem coincidir, no presente, como um cálculo que precede e preside a ação”. Matus

LILIANA LIMA E VIVIANA LIMA

O chileno Carlos Matus dirigiu a Divisão de Assessoria do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes) em seu país. Posteriormente, foi Ministro da Economia durante o governo de Salvador Allende e presidiu o Banco Central do Chile. Com o advento da ditadura militar foi preso e exilado, exercendo posteriormente a função de presidente da Fundação Altadir-Alta Direção, na Venezuela.

A proposta teórico-metodológica de Carlos Matus começou a ser esboçada no início dos anos 70. Com a queda do governo de Allende, ele passou a se dedicar à compreensão do que deu errado naquela gestão e tornou-se um defensor intransigente da necessidade dos dirigentes políticos ampliarem sua capacidade de ação utilizando como instrumento de trabalho todo um conjunto de conhecimentos que ele denomina

de planejamento moderno e que tem por produto principal o Planejamento Estratégico Situacional (PES).

Matus afirma que a necessidade de planejar traz em si o reconhecimento de que queremos governar nosso futuro numa direção satisfatória: “Se planejar é sinônimo de conduzir conscientemente, não existirá então alternativa ao planejamento. Ou planejam ou somos escravos da circunstância. Negar o planejamento é negar a possibilidade de escolher o futuro, é aceitá-lo seja ele qual for”.

O ator social que planeja saberá se uma operação é consensual ou não a partir da análise das motivações

Contra “a improvisação ou a resignação”, ele diz que o planejamento “é o cálculo que precede e preside a ação”. E define planejamento como: “O cálculo situacional sistemático que relaciona o presente com o futuro e o conhecimento com a ação. A reflexão imediatista, tecnocrática e parcial não é planejamento, e tampouco é planejamento a reflexão que se isola da ação e torna-se uma mera pesquisa sobre o futuro”.

Para os sindicatos, o planejamento deve ser uma ferramenta potente e de utilidade prática, auxiliando os dirigentes a resolver problemas. Precisa se constituir como um processo interativo que envolve vários sujeitos, necessitando de um cálculo estratégico, de natureza política, segundo a proposta do PES.

O ENFOQUE SITUACIONAL

O enfoque normativo funda-se nos princípios do planejamento econômico. Matus destaca que



“Ou planejamos ou somos escravos da circunstância; negar o planejamento é

nesta concepção, a postura do planejador não considera que existam outros atores sociais capazes de planejar e produzir ações estratégicas. Quem planeja detém todo o poder e a única escassez existente diz respeito aos recursos econômicos, o que faz com que o critério de eficácia se restrinja ao econômico.

Já o conceito de **situação** é trabalhado por Matus a partir da fenomenologia da percepção, segundo a qual dentro de um mesmo cenário podem-se ter várias percepções diferentes, conforme a apreciação de cada sujeito que desenvolve uma explicação situacional decorrente de sua posição na realidade. Sendo assim, reconhece-se a impossibilidade da explicação de um ator ser completa uma vez que não é a única e nem objetiva, porque estará condicionada por interesses, visões de mundo e ideologias de cada ator social.

A situação é que dará significado à ação do ator que planeja para conhecer as possibilidades e restrições tanto em relação a si mesmo como a de outros atores. Para Matus, entender a explicação do outro não significa aceitá-la. O entendimento é imprescindível, porque sem ele não é possível definir estratégias.

Faz-se indispensável que se defina claramente quem está explicando, quem são os atores que se responsabilizam pelo planejamento, podendo-se ter clareza a respeito da governabilidade destes para o enfrentamento dos problemas. Matus define problema como “a formalização para um ator de uma discrepância entre a realidade

constatada ou simulada e uma norma de referência que ele aceita ou cria”.

Diferentemente do planejamento tradicional que se concentra em setores, o PES tem seu centro de ação nos problemas. Processa-lo implica num esforço para que sua explicação seja totalizante, abordando-o política, econômica, ideológica e culturalmente, construindo a rede causal dos problemas elencados.

A situação explicada desta forma permite, dentro do *fluxograma situacional*, a indicação de *nós críticos*, tidos como os pontos de maior sensibilidade para a mudança e que serão o alvo das ações para enfrentar o problema. São quatro os momentos do método e todos eles comportam os demais:

I- Momento explicativo

Nele listam-se os problemas e procede-se a sua seleção segundo o valor dos mesmos para o ator que planeja. Segue-se ao seu processamento, usando o *fluxograma situacional* para a explicação sistêmica dos problemas, com a compreensão de que uns são conseqüências de outros e, então, selecionam-se os nós críticos. Este momento nunca cessa, devendo ser atualizado permanentemente.

Nesse momento é preciso ir além da mera listagem de problemas. O que se espera é o desenvolvimento de uma explicação destes problemas e o seu valor, ou seja, sua importância para o projeto de cada ator. Os problemas a enfrentar são os que prosseguirão no plano, mas isso não significa que os não selecionados estejam descartados.

Eles constituirão o *arquivo de problemas*, pois, conforme muda a realidade, podem passar a fazer parte do plano.

2- Momento normativo

Ele se constitui como um cálculo aproximado dos resultados e é, portanto, uma grande aposta. Sendo assim, Matus alerta para a necessidade de fundamentar as apostas no cálculo de contextos possíveis em que o plano pode ocorrer, baseando-se o planejador mais nas técnicas de previsão do que nas de predição, tentando preparar-se para as incertezas e surpresas.

Estes contextos possíveis são chamados *cenários* (otimista, central ou pessimista), onde cada um demarca as condições e pressupostos de ocorrência do plano, visando sua explicitação e esclarecendo as possibilidades e as dificuldades a serem consideradas



negar a possibilidade de escolher o futuro”

na sua implementação, bem como as necessárias acomodações do plano às circunstâncias.

Definidos os prováveis cenários, devem ser estabelecidas as operações para os problemas dentro de cada um. Isso permite que, a partir da constante avaliação, seja possível localizar-se em determinado cenário e optar pelas operações mais condizentes à busca da situação-objetivo, ou seja, aquela que se quer alcançar.

O princípio básico no *planejamento situacional* é que o plano se expresse em operações ou módulos de ação, garantindo continuidade metodológica desde as linhas gerais até os requisitos práticos. Desta forma, ele refletirá com clareza os compromissos de ação que assume o ator que planeja e assina o plano. Além disso, o plano também possibilita visualizar os responsáveis pelas propostas nele contidas.

O PES considera o plano como um conjunto de compromissos que devem ser claramente definidos em termos de recursos, produtos e resultados, de tempo e responsabilidades, diferente de um conjunto de diretrizes genéricas. A estratégia está fundada em idéias e recomendações, mas concretiza-se em operações, sendo o plano situacional um conjunto de operações para uma forma concreta de produção.

Cada operação deve estruturar-se como uma relação entre recursos, produtos e resultados a serem precisados quantitativa e qualitativamente, o que facilita a orçamentação do plano. No entanto, é preciso salientar que nem toda operação necessita apenas de recursos econômicos, pois os recursos exigidos, muitas vezes, também são outros, como os políticos, os organizacionais ou os de conhecimento.

Uma operação inevitavelmente necessita de acompanhamento, controle e avaliação. Sendo assim, cada operação deverá preencher os seguintes requisitos: ter um responsável por ela; definir os meios necessários a serem utilizados e os resultados a que se propõe em relação ao problema a enfrentar; exigir a aplicação dos recursos previstos; e, ainda, precisar o tempo necessário para o alcance dos resultados.

3. Momento estratégico

Nele se analisa a viabilidade política do plano, considerando os oponentes e os aliados em relação às operações propostas no momento anterior, articulando o “deve ser” com o “pode ser” no

A essência do PES reside na mediação entre conhecimento e ação; o plano está em constante reelaboração

propósito de formular estratégias que possibilitem incorporar viabilidade ao plano.

Para Matus, o conceito de estratégia tem duas conotações: uma se refere ao que é importante fazer para se chegar ao objetivo pretendido e a outra se relaciona ao modo como se deve agir para com o outro a fim de obter sua colaboração ou vencer sua resistência. O poder não pertence a um único ator e, sendo compartilhado, o planejamento requer agora a sistematização do cálculo político, o que envolve conflitos e construção de consensos.

A análise de viabilidade de uma operação parte da motivação dos atores que controlam certos recursos de poder exigidos para tornar realizável aquela operação. A motivação é a combinação dos interesses e valores daqueles atores, traduzindo-se na intensidade alta, média ou baixa com que eles apoiam ou rejeitam determinada operação. O ator que planeja saberá se a operação é consensual ou conflitiva a partir da análise da motivação.

Se ela for conflitiva, é necessário que a construção de sua viabilidade seja feita através da concepção de estratégias de cooperação (negociações para acordar vias de cooperação), cooptação (quando um ator ganha a adesão de outros atores para a sua própria posição) ou conflito (visa diminuir a força do ator com interesses contrários).





Os três momentos descritos até aqui servem, segundo o autor, para que a equipe acumule conhecimentos que lhe dêem oportunidade de ação sobre a realidade, o que ocorrerá no quarto momento.

4. Momento tático-operacional

Nele ocorre a ação, tendo o plano como suporte, adaptado às circunstâncias do momento, em um processo contínuo, sem rupturas. Isso vai exigir um recálculo do plano que deverá perpassar os três momentos anteriores e a ação praticada, visando reavaliar o proposto em cada um deles e suas necessárias readaptações à realidade que muda constantemente.

Esse é o momento em que se verifica o domínio do plano sobre a improvisação ou dessa sobre o plano. Por esta razão, o momento em que o plano começa a ser implementado é o momento da mediação entre o conhecimento e a ação. Para prosseguir com o plano e poder atuar é imprescindível que se avalie a situação na conjuntura: “A

resolução de problemas e operações é a forma de correção mútua entre plano e realidade, ajustando-se um ao outro conforme as circunstâncias e mediante decisões e ações concretas”.

A constante avaliação da situação para efetuar possíveis correções é característica dos organismos bem gerenciados, em que os recursos servem a objetivos precisos. Isso exige, portanto, um *Sistema de Direção Estratégica*, que se define como o planejamento no dia-a-dia, evidenciando as necessidades mais importantes em termos de decisão.

Seu funcionamento eficaz exige como requisito organizacional prático um sistema que atrele um *plano modular* com um *orçamento por programas* e uma *gerência por operações*. Ele se constitui como um sistema triangular, chamado pelo autor de *Triângulo de Ferro*. Porém, “nada disto é possível se o jogo institucional for de baixa responsabilidade, não existir gerência criativa por operações e o dirigente não prestar contas nem

souber exigi-las de seus executivos”. A essência do PES reside na mediação entre o conhecimento e a ação, e o plano elaborado por este método está constantemente em reelaboração.

A partir desta explicação resulta explícito que o ato de planejar é bastante complexo. Ao expor alguns dos embasamentos teóricos do PES, a nossa intenção foi colocar em evidência que a construção de um plano não consiste em mera improvisação, nem em um cálculo assistemático, imediatista, mas sim em uma ação reflexiva e responsável frente ao objeto planejado.

Para isso é preciso que a sua elaboração seja conduzida de forma a valorizar determinados elementos: elaboração participativa, adequada identificação de problemas existentes, definições das operações para enfrentá-los, responsáveis pelas operações, coerência nos objetivos e metas a serem atingidos, definição dos recursos necessários, cronograma de execução e estabelecimento de um sistema de acompanhamento constante que possibilite reformulações, quando necessárias.

BIBLIOGRAFIA

- Huertas, F. *Entrevista com Matus*. Editora Fundap, São Paulo, 1996.
- Matus, C. *Estratégias políticas*. Editora Fundap, 1996.
- Matus, C. *O Método PES: roteiro de análise teórica*. Editora Fundap, São Paulo, 1997b.
- Matus, C. *Teoría de la producción y el juego social*. Altadir, Isla Negra, 1998.
- Matus, C. *El líder sin Estado Mayor*. Altadir, La Paz, 1997a.

Liliana Aparecida de Lima é psicóloga, professora da PUC e mestre em desenvolvimento humano e educação pela Unicamp;
 Viviana Aparecida de Lima é enfermeira, professora da PUC, doutora em saúde coletiva pela Unicamp, diretora do Sinpro e presidente da Apropucc-Campinas

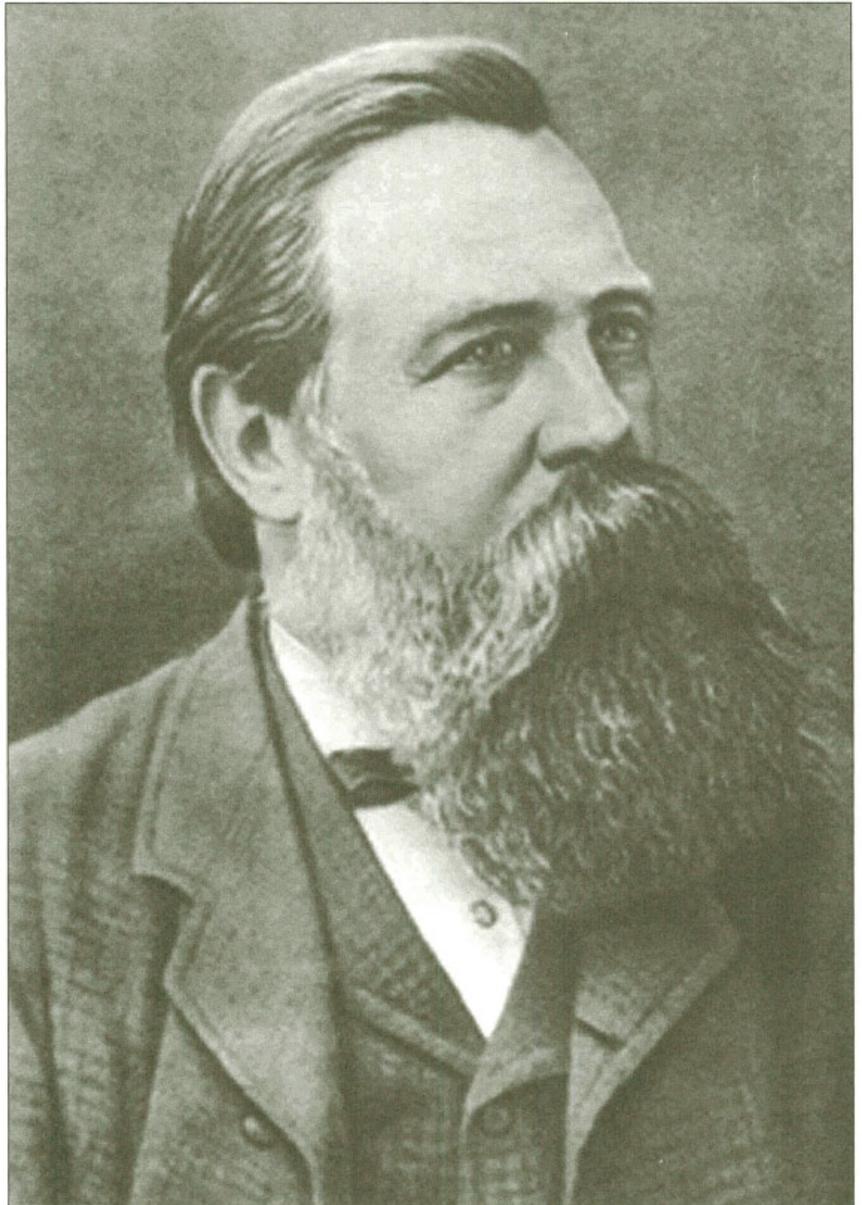
O testamento de Engels

Nas homenagens aos 110 anos do falecimento do intelectual revolucionário Friedrich Engels, o autor analisa um de suas obras mais controvertidas e polêmicas

MARCOS DEL ROIO

O chamado “testamento” de Engels pode ser considerado como um ponto de referência importante para situar as condições atuais do debate socialista, num momento subsequente a uma derrota de enormes proporções diante da “avalanche” liberal e que nos obriga a repensar o projeto socialista para o século XXI. Creio, para introduzir nosso tema, que uma das razões para a derrota cultural e política do marxismo nos dias que correm foi o de ter aceitado os termos do liberalismo no referente à questão da democracia.

Como se sabe, o início da trajetória intelectual marxiana, partindo da interlocução com as formulações da “filosofia clássica alemã”, deu-se com o exercício da crítica da ideologia liberal e a subjacente concepção do Estado como esfera pública onde se universaliza a liberdade e a igualdade entre os indivíduos no



mercado. Marx demonstra como esse pretensão universalismo é mera abstração e como de fato o Estado não é público e sim uma entidade política que garante a reprodução das relações sociais de produção do capital e que surge, na realidade, como instrumento

de defesa dos interesses dos proprietários contra os não-proprietários. Todo poder político é despótico na visão marxiana e ele denuncia com ênfase o despotismo existente no processo produtivo do capital, em confronto com o falso

“A conquista da democracia” só é possível através da “violação despótica das

universalismo do Estado liberal, formalmente originado de um contrato social entre indivíduos livres e iguais.

A crítica da modernidade capitalista para Marx e Engels, que tem no processo da propriedade privada seu substrato fundante, só pode ser realizado por um movimento teórico-prático baseado nos expropriados pelo capital: o proletariado industrial. O objetivo dessa força sócio-histórica deve ser precisamente a revolução, “o advento do proletariado como classe dominante, a conquista da democracia” possível somente através da “violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesas”^[1]. É com a abolição progressiva do Estado político que se constrói o Estado realmente público (que na verdade é um não-Estado), uma comunidade humana em lugar da comunidade política de cidadãos, onde não há mais sentido a divisão entre o público e o privado.

Os Estados liberal-monárquicos da Inglaterra, França e Bélgica no momento em que Engels e Marx redigiam o Manifesto Comunista, as vésperas da “primavera dos povos” de 1848, eram claramente Estados que expressavam os interesses materiais de uma aliança social de proprietários, ainda que com suas tensões internas explosivas como no caso francês. Nessa situação, em que o Estado se resumia a um “comitê executivo da burguesia” com seu aparato administrativo e coercitivo, o confronto com o proletariado que se organizava, só poderia ser imediato, direto e armado, tendo redundado numa

afirmação da ordem do capital, ainda em fase de consolidação e difusão.

ALTERAÇÕES PROFUNDAS

Em 6 de março de 1895, Engels concluiu a *Introdução* para a reedição de *A luta de classes em França (1848-1850)* de Marx, e quase que numa antevisão da morte próxima (nesse texto que ficou conhecido como seu testamento político), fez um balanço de quase meio século de movimento socialista, analisando as transformações do capitalismo e as novas formas de luta que derivavam. Engels enfatiza a importância das condições econômicas e das crises capitalistas, núcleo da análise materialista que deve nortear a ação socialista.

O sufrágio universal democratiza o Estado liberal, ampliando a sua base de apoio, e oferece nova arma para a luta socialista

Posta a questão do método, Engels observa que o equívoco dos revolucionários de 1848 (Marx e ele, entende-se) foi de duas ordens: uma, a manutenção do padrão jacobino de ação revolucionária, que por meio de uma manobra oportuna se apossaria do poder político, sem que as grandes massas soubessem em que direção estava indo; e a falsa percepção do momento histórico, no qual o

desenvolvimento das forças produtivas do capital estava apenas se consolidando e difundindo. As ilusões foram evidenciadas “pela revolução econômica que, a partir de 1848, apoderou-se de todo continente (...)”^[2] e também pela derrota sangrenta da Comuna de Paris em 1871, que mais uma vez viu a classe operária isolada e politicamente dividida.

Com a recomposição do poder burguês na França, por meio do golpe do segundo Bonaparte, “encerrava-se momentaneamente o período das revoluções de baixo para cima; sucedeu-lhe um período de revolução de cima para baixo”^[3], como foram o bonapartismo e a unificação da Alemanha e da Itália, que possibilitaram um período de expansão industrial e conseqüente crescimento da classe operária. Esse período de desenvolvimento capitalista fez-se acompanhar também de significativas alterações no Estado e nas “políticas públicas”: uma ampliação na coleta de impostos, a instauração do serviço militar obrigatório, a reforma urbana, a aplicação do direito de sufrágio.

Com o estabelecimento do “princípio das nacionalidades”, poderosos exércitos se voltaram potencialmente contra os vizinhos e, no interior dos Estados, acentuou-se a necessidade de ampliação do “consenso social”, vale dizer da neutralização política da classe operária e do movimento socialista, ou mesmo da garantia de seu apoio, como haveria exemplos na questão colonial e na guerra imperialista de 1914. O estabelecimento do “sufrágio universal”, mesmo com

relações de produção burguesas”

suas idas e vindas, na França, Alemanha e depois na Inglaterra, teve o significado de democratizar o Estado liberal, ampliando sua base de apoio, ao mesmo tempo em que ofereceu nova arma para o avanço da luta socialista.

A industrialização, a urbanização, a militarização e mesmo o “sufrágio universal”, consolidaram e difundiram o capitalismo, mas ao mesmo tempo, e aí estava, para Engels, sua insuperável contraditoriedade, ampliou o número e a força do movimento operário socialista, que deveria agora – alteradas profundamente as condições –, combater de outra forma: a estratégia insurrecional jacobina seria suicida, um desastre maior que fora em 1848 ou 1871.

A repressão ao movimento operário e a reorganização do Estado liberal burguês poderia supor a neutralização da luta socialista (faceta da utopia liberal) “mas pelo contrário, é da

Comuna e da Guerra franco-prussiana que data seu surto mais poderoso”^[4], pois foi a partir dos anos 70 que a classe operária organizou-se em partido por toda a Europa. Além do fortalecimento do sindicato e de outras instituições socioculturais geradas pela classe operária, utilizando o “sufrágio universal”, seus representantes foram projetados nos parlamentos do Estado liberal-burguês. A agitação eleitoral e a tribuna parlamentar permitiram falar de frente com os adversários, “mas também às massas do lado de fora com maior autoridade e maior liberdade que na imprensa e nas reuniões”^[5].

HORIZONTE SOCIALISTA

O que Engels afirma – e isso é de grande atualidade – é que o próprio movimento do capital, com seu invólucro institucional, em certa medida condiciona as formas da luta operária. Mas diz também que sem uma clara

Agitação eleitoral e tribuna parlamentar permitiram aos socialistas falarem de frente com os seus adversários

percepção do horizonte socialista, e de como atingi-lo, por parte da classe operária, a ordem do capital tende a se reproduzir mais ou menos indefinidamente, ou então resvalar para a regressão social. Mas qual deve ser então a estratégia socialista nas condições do capitalismo da virada do século XIX para o século XX? O proletariado industrial em crescimento numérico deveria agregar-se em sindicatos, partidos e outras instituições sociais que configurem um espaço público diferenciado e antagônico ao Estado político vigente, desenvolvendo em amplas massas a consciência do objetivo socialista.

Engels valorizava bastante os avanços do movimento socialista de modo a estar convencido que “hoje há um só grande exército internacional dos socialistas, incessantemente em progresso, crescendo dia a dia em número, organização, disciplina, clarividência e certeza na vitória. Embora esse poderoso exército do proletariado não tenha ainda podido alcançar seu objetivo, embora longe de conquistar a vitória de um só golpe decisivo, seja necessário que ele progrida lentamente de posição em posição em um combate duro, obstinado, está

Prisão dos communards
in Illustration Française, 1871



provado em definitivo que era impossível, em 1848, conquistar a transformação social por um simples ataque de surpresa”^[6].

Mas o fortalecimento organizativo e político-cultural do movimento socialista pressiona o Estado liberal, visando sua democratização, via “sufrágio universal”, e assim ocupa espaços no terreno inimigo. O número de votos e cadeiras ocupadas no parlamento aparece como indício e sintoma da acumulação de forças do movimento socialista, embora não constitua seu cerne. A democratização do Estado liberal abre espaço para a luta socialista, mas o essencial é que a classe operária agregue uma maioria social em torno do projeto socialista atraindo os camponeses e setores sociais intermediários.

EXPERIÊNCIA DAS MASSAS

Meio século de luta socialista havia demonstrado que “passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes.

**Segundo Engels,
“para que as massas
compreendam o que
é necessário fazer
é mister um trabalho
longo e perseverante”**

Onde quer que se trate de transformar completamente a organização de sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido de que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida (...). Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é mister um trabalho longo e perseverante (...)”^[7].

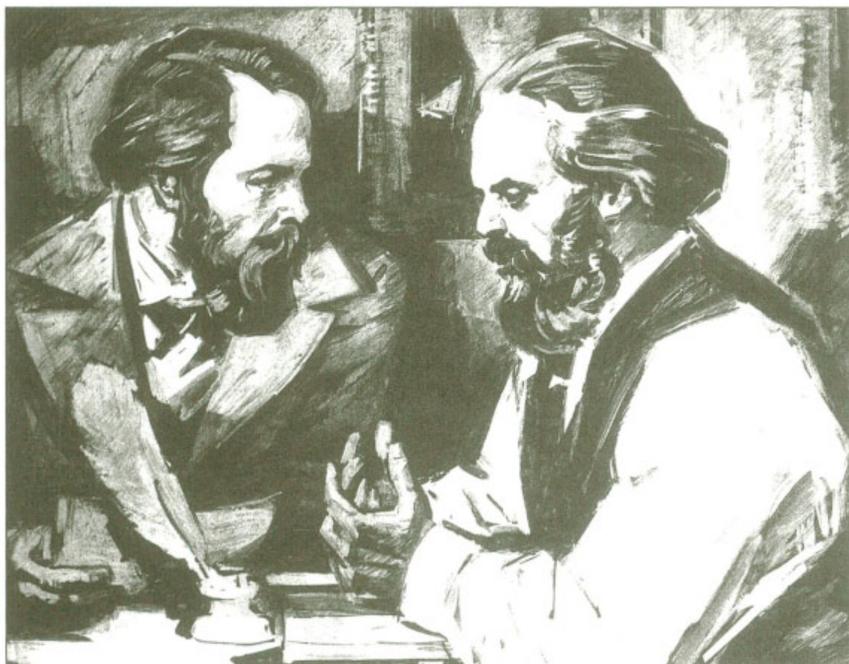
Ora aquilo que Engels está propondo é uma operação de cerco à ordem do capital e suas instituições. Uma operação de efetiva conquista da democracia que prescinde (até por ser um claro equívoco) de golpes de força, mas não de luta de rua e de disputa física pelo espaço público

conforme se aproxima o desfecho do processo revolucionário. Por isso que tal combate “ocorrerá mais raramente no começo de uma grande revolução que no curso de seu desenvolvimento, será preciso empreendê-lo com forças maiores”^[8].

A ênfase dada por Engels na luta pelo sufrágio universal e pela decorrente luta eleitoral por postos no parlamento explica-se pelo fato de existirem ainda resistências culturais do movimento operário em empreender essa forma de embate de classe e, por outro lado, por estar apresentando resultados consideráveis, particularmente na Alemanha, experiência que poderia ser generalizada para outros países. De todo modo, Engels também tinha muito claro que se essa estratégia socialista demonstrava dar frutos, o movimento de configuração de uma “maioria social” ciente de seus objetivos, ainda se apresentava distante. Dai o momento presente exigir do movimento socialista a defesa da legalidade liberal-burguesa e dos espaços já conquistados, evitando um confronto desastroso.

NOTAS

- 1- Cf Marx, K. e Engels, F. *Manifesto do Partido Comunista*, in Obras Escolhidas, volume 1, 1956, p. 25.
- 2- Cf Engels, F. *Introdução*, in idem, p. 99.
- 3- Cf Idem, *ibidem*, p.100.
- 4- Cf Idem, *ibidem*, p.101.
- 5- Cf Idem, *ibidem*, p.103.
- 6- Cf Idem, *ibidem*, p.99.
- 7- Cf Idem, *ibidem*, p.106.
- 8- Cf Idem, *ibidem*, p.106 (bis).



Marcos Del Roio é presidente do Instituto Astrojildo Pereira e professor de ciências políticas da Unesp/SP

Trabalho: centralidade e mutações

O mais recente livro do sociólogo Ricardo Antunes dá uma rica contribuição ao estudo sobre o papel do proletariado na atualidade. O inusitado do título lembra uma citação de Karl Marx, na qual este insistia na “indissolúvel unidade” entre trabalho e meios de produção, “como o caracol e sua concha”. Entre outros aportes, a obra aborda três aspectos estratégicos e polêmicos: a questão da centralidade do trabalho, hoje rechaçada pelos apologistas do capitalismo e até por intelectuais de esquerda; o significado das profundas transformações no trabalho; e o conceito do proletariado na atual fase destrutiva e regressiva do capital.

No que se refere à centralidade do trabalho, Antunes enfrenta a polêmica com autores como André Gorz, Claus Offe, Jürgen Habermas e Robert Kurz que já deram *adeus ao proletariado*. Para ele, estes e outros pensadores vislumbrariam nos avanços técnico-científicos o desaparecimento do trabalho, reforçando as teses de que o capital não necessitaria mais dessa mercadoria especial. “Vale lembrar que pelo menos 2/3 da humanidade que trabalha encontra-se no chamado ‘terceiro mundo’... Não parece um bom exercício analítico tematizar sobre o mundo do trabalho com um corte excessivamente eurocêntrico”.

Ele lembra que da GM à Microsoft, da Benetton à Ford, da Toyota ao McDonald’s, o mundo da produção e dos serviços ainda depende do trabalho, seja ele material, produtivo ou imaterial. “A própria existência do capital financeiro supõe algum nível de lastro produtivo e com ele se



O caracol e sua concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.
Ricardo Antunes. Boitempo Editorial, São Paulo, 2005.

POR ALTAMIRO BORGES

imbrica. O trabalho, portanto, não se tornou mera *virtualidade*, ainda que venha sofrendo mutações e metamorfoses significativas”.

Já no tocante às mutações no mundo do trabalho, o autor combate as visões petrificadas sobre o assunto. Para ele, hoje a classe trabalhadora seria mais complexa e fragmentada. A automação microeletrônica, as novas técnicas gerenciais e a ofensiva neoliberal de desregulação do trabalho teriam produzido profundas mudanças: crescente redução do operariado fabril, incremento do subproletariado precarizado, aumento dos assalariados médios, feminização do trabalho, expansão do ‘terceiro setor’ e do trabalho a domicílio.

“Portanto, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais... Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador ‘polivalente e multifuncional’ da

era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade a sua dimensão ‘intelectual’. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando formas de *part-time*, emprego temporário, parcial ou desemprego estrutural”.

Por último, no que se refere ao conceito de proletariado, propõe reformulações. “Se a classe trabalhadora foi, ao longo dos séculos XIX e XX, predominantemente associada à idéia de trabalhadores manuais, fabris, egressos do mundo industrial taylorista e fordista, uma noção contemporânea e ampliada de classe trabalhadora nos oferece hoje potencialidade analítica para captar os sentidos e forças propulsoras dessas ações e desses embates que emergem no mundo em escala global e, desse modo, conferir maior vitalidade teórica (e política) ao mundo do trabalho contra a desconstrução intentada nas últimas décadas”.

Para o autor, esta visão ampliada compreenderia a totalidade dos homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção, não tendo outra alternativa de sobrevivência senão seu assalariamento. Só não comporiam a classe os gestores do capital, que são parte constitutiva da burguesia, e os que vivem da especulação. Como se nota, o novo livro de Ricardo Antunes é uma ferramenta afiada para os que não abandonaram a perspectiva de classe na luta pela superação da barbárie capitalista.

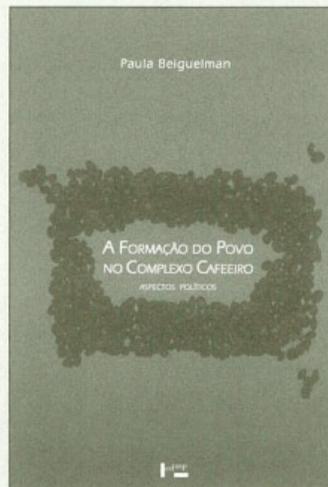
Altamiro Borges é editor da revista *Debate Sindical*

A gênese da economia de mercado no Brasil

Esta nova edição do livro “A formação do povo no complexo cafeeiro” é uma feliz iniciativa da Edusp (Editora da Universidade de São Paulo), que possibilita aos leitores o acesso a um texto clássico da nossa ciência social.

Nesta obra, Paula Beiguelman, professora emérita do Departamento de Ciência Política da FFLCH da USP, focaliza, com o rigor metodológico e a originalidade que lhe são peculiares, as reais relações entre os termos do binômio abolicionismo-imigrantismo, premissa especial para a compreensão do embasamento histórico do complexo cafeeiro e, correlatamente, do problema da gênese da economia de mercado interno no Brasil.

Partindo de uma linha de investigação inovadora, já pronunciada em algumas passagens de seus livros anteriores – “Pequenos estudos de ciência



A formação do povo no complexo cafeeiro.
Paula Beiguelman.
Editora Edusp, São Paulo,
3ª edição, 2005.

POR MARLY SPINOLA

política” e “Formação política do Brasil”, a autora passa a desenvolver uma exposição analítica do tema proposto,

baseada na farta e vívida documentação que selecionou. Assim, faz ressaltar de maneira irrefutável a hegemonia exercida pelo setor cafeeiro de vanguarda, quanto à formação dos estratos populares no complexo econômico emergente e quanto à determinação dos papéis específicos atribuídos ao trabalho nacional e estrangeiro nesse contexto.

Complementarmente, examina os mecanismos de acomodação e as tensões que se manifestam entre as camadas populares assim estruturadas e os detentores do poder socioeconômico. Acompanhar esse esforço teórico da autora pressupõe no leitor semelhante engajamento intelectual. E o resultado desse compartilhamento da reflexão será indubitavelmente compensador.

Marly Martinez Ribeiro Spinola é professora do Centro Universitário da Fundação Santo André

Seminário do CES:

Sindicato, Partido e Estado. Uma relação complexa

De 18 a 20 de janeiro de 2005

TEMAS QUE SERÃO ABORDADOS:

- Democracia burguesa e luta operária;
- Reformismo e esquerdismo no movimento sindical;
- Moral proletária e sindicalismo;
- Marx, Engels e os limites do sindicalismo.

**PROMOÇÃO DO
CENTRO DE ESTUDOS
SOCIAIS E SINDICAIS
1º DE MAIO (CES)**

**Maiores informações com
Paulo Eduardo: (11) 3106-0700**

**Endereço eletrônico:
c.e.s.@uol.com.br
formacaoindical@uol.com.br**

FILME

Preconceito racial internacional

MÔNICA SIMIONI

Vinte de novembro é o Dia da Consciência Negra, o Dia Nacional de Zumbi. O Brasil acertou ao criar um dia específico para reforçar a luta contra o racismo, de tipo velado, que persiste no país. Mas o fato deste preconceito ser disfarçado não significa que seja menos injusto do que nas regiões em que ele é declarado, como nos EUA. Pior ainda é a situação da África. Exatamente onde 95% da população é negra, o racismo expõe a sua face mais dura e desumana.

Ali os meios de produção estão sob controle de brancos e muitos se comportam como senhores feudais. Esse domínio é agravado pela rivalidade entre grupos étnicos. Ao todo são 53 países, todos em profunda crise. Até metade do século 20, a região foi colonizada pelas potências européias. Riquezas foram subtraídas e seres humanos foram escravizados. Os grupos étnicos foram separados ou agrupados contra sua vontade. Hoje, a África responde por menos de 2% do PIB mundial, metade da população vive abaixo da linha de pobreza e o continente é devastado pela Aids.

Um filme que retrata com sensibilidade esse drama é o recém lançado *Hotel Ruanda* (EUA/Itália/África do Sul, 2004), do irlandês Terry George. O longa relembra um episódio que teve repercussão mundial e revela a omissão da ONU num dos massacres mais sangüinários que se tem notícia somente porque o país não tinha importância

geopolítica. O genocídio aconteceu em 1994 e resultou na morte, com facões, de mais de um milhão de pessoas, cerca de 13% da população do país, em menos de 100 dias.

Hotel Ruanda traz a história de Paul, um *hutu* moderado que em 1994 era o gerente do hotel de uma rede belga na capital. Até o massacre, ele se sentia como um executivo de um país de “primeiro mundo”, como um pequeno-burguês corrompido e alienado da política. Porém, conforme a guerra civil se agrava, ele usa o hotel para refugiar as vítimas do massacre. Ali, cerca de mil pessoas sobreviveram à carnificina. Essa atitude fez com que, anos depois, Paul Rusesabagina recebesse o Prêmio da ONU para Refugiados.

O filme teve três indicações para o Oscar e traz os atores Don Cheadle (gerente do luxuoso hotel) e Nick Nolte (chefe da missão da ONU no país) em interpretações arrepiantes. Com cenas de reconstituição da carnificina – as filmagens tiveram a consultoria do próprio Paul –, o longa põe o dedo na ferida: quais são os critérios para as ações dos organismos internacionais? “Achamos que você é lixo, você não vale nada. Tudo porque você é negro”, explica o representante da ONU ao gerente desesperado. É um incisivo retrato dos conflitos políticos africanos e também do criminoso abandono do continente na história contemporânea.

Monica Simioni é jornalista e integrante da coordenação estadual do Instituto Maurício Grabois/SP

INTERNET

CLÁUDIO GONZALEZ

A página do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (www.dieese.org.br) está de cara nova. A reformulação já se fazia necessária há muito tempo, pois o Dieese é um importante órgão de pesquisa sobre economia e mundo do trabalho. Ele disponibiliza estatísticas sobre desemprego, salário mínimo, custo de vida e cesta básica, que hoje são uma referência para boa parte da imprensa.

Agora, com as informações organizadas de forma mais lógica, a consulta tornou-se simples. Mas ainda há dois problemas: as pesquisas só estão disponíveis no formato PDF, o que exige um programa para abrir os documentos, e não há datas identificando cada item da página. Uma área de busca facilita a procura, mas está ancorada no *Google*. Há um mecanismo de busca interna mais preciso, mas é de uso exclusivo das entidades filiadas.

Uma área valiosa é “Ligações”, tradução inusitada do termo *links*, que relaciona os endereços eletrônicos de todas as principais entidades sindicais do país. Outro item interessante é o serviço de cálculo dos expurgos do FGTS. Também está disponível para as filiadas um serviço eletrônico denominado RAN (Rede de Apoio à Negociação), visando difundir conhecimentos sobre negociação coletiva.

O Dieese é uma entidade de abrangência nacional, criada e mantida pelo sindicalismo, que se dedica a “desenvolver atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação nos temas relacionados ao mundo do trabalho e que se ajustam aos desafios da realidade”. A entidade, fundada em 1955, completa 50 anos neste mês.

Cláudio Gonzalez é jornalista, membro do portal Vermelho

A reforma agrária no governo Lula

A eleição de Lula trouxe para os trabalhadores rurais a esperança de ver finalmente a reforma agrária se transformar em realidade. Esta expectativa, alimentada pelos compromissos assumidos pelo candidato, e depois presidente eleito, fez surgir milhares de acampamentos e ocupações de terras por todo o Brasil.

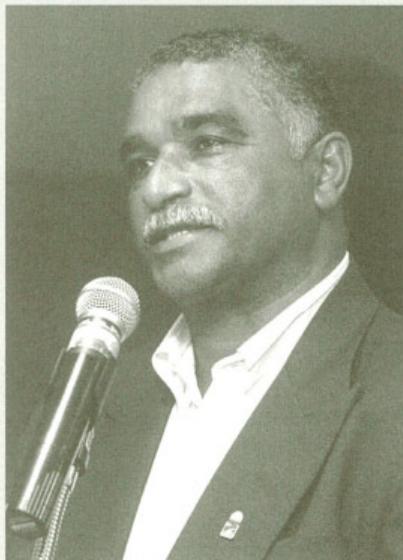
Buscando responder às demandas históricas da sociedade, o governo Lula lançou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que, apesar de não contemplar todas as propostas da Contag, principalmente a de assentar um milhão de famílias em quatro anos, representou importantes avanços.

PLANO ENTRAVADO

Entretanto, apesar destes compromissos e da intensa luta pela terra, o PNRA ainda não se concretizou e a reforma agrária está longe de ser prioridade na agenda política nacional. Segundo o governo, apenas 36 mil famílias foram assentadas em 2003 e 81 mil em 2004. Além disso, muitas famílias foram assentadas em projetos antigos ou apenas tiveram suas posses consolidadas como se fossem novos assentamentos.

É claro que os problemas da reforma agrária não tiveram sua origem neste governo. As mazelas

MANOEL JOSÉ DOS SANTOS



Apesar de positivo, II PNRA ainda não vingou por pressão dos latifundiários

no campo decorrem da própria formação agrária nacional e das sucessivas políticas governamentais de privilégio à concentração da terra e renda, gerando problemas de ordem política, financeira, jurídica e administrativa.

PODER DO AGRONEGÓCIOS

As restrições da legislação assumem maiores proporções com a interpretação dada pelo Poder Judiciário. O Incra, por sua vez, continua desaparelhado e burocratizado. Isto se agrava com a não integração entre o MDA e os demais ministérios e com a falta de compromissos dos governos estaduais e municipais.

Os latifundiários, além da repressão aos trabalhadores e às suas organizações, continuam interferindo na questão. A "bancada ruralista", por exemplo, defende o modelo baseado no

agronegócio. A sua pressão sobre governo emperra soluções aparentemente simples, como a publicação da Portaria Interministerial que redefine os índices de produtividade agropecuários.

AUMENTAR A PRESSÃO

Apesar destas dificuldades, ações positivas estão sendo viabilizadas. Dentre elas, destaca-se a titulação de terras para homens e mulheres, independente do estado civil; o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental; uma nova metodologia para recuperação dos assentamentos, regularização de terras públicas; e o Programa Nacional de Crédito Fundiário, complementar à reforma agrária e com uma linha de crédito especial para a juventude.

A reestruturação do Plano de Safra também trouxe avanços, resgatando instrumentos de política agrícola desconsiderados pelos outros governos. Além de triplicar os recursos do Pronaf, o governo investiu na redução das formalidades, na garantia de preço mínimo e na compra antecipada da produção pelo Estado.

Nesta conjuntura, continuamos mobilizados e pressionando. Mais de 120 mil famílias acampadas estão na base da Contag, exigindo o cumprimento do II PNRA. A nossa luta é para que o governo substitua o atual modelo de desenvolvimento excludente da monocultura para exportação e implemente um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário, baseado na reforma agrária e na agricultura familiar.

Manoel José dos Santos é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

OLINDA, AGORA, É COMO O BRASIL. É DA GENTE.

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

OLINDA
Patrimônio da Humanidade

PREFEITURA POPULAR

**Crédito com desconto
em folha. A CAIXA
facilita até o pagamento.**



A CAIXA tem uma linha de crédito tamanho família. Um deles é pra você. Se você é assalariado ou servidor público, tem crédito com desconto em folha para comprar seu computador ou o que precisar. As taxas e os prazos são os mais vantajosos do mercado. Pode conferir e comparar. E o desconto é direto na folha, para você não ter trabalho nem na hora de pagar. **Vem pra CAIXA você também. Vem.**

www.caixa.gov.br

CAIXA

Para você. Para todos os brasileiros.